



ENCONTRO NACIONAL DE TÉCNICOS DE AÇÃO
SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR | 2022

"Do 129/93 até ao presente: paradigmas, desafios e boas práticas no apoio social direto"

Relatório

Dia 20 de maio de 2022

Instituto Politécnico de Coimbra

Índice

Mensagem do Administrador dos Serviços de Ação Social do IPCoimbra	3
Mensagem da Organização	6
1. Introdução	7
Comissão de Honra.....	8
Comissão Organizadora.....	8
Apoio	8
2. Programa	9
Programa Cultural	11
4. Sessão de Abertura.....	12
5. Conferencia Inaugural: <i>“O papel do profissional de ação social no ensino superior: competências requeridas no exercício da profissão”</i>	14
6. Mesa Redonda: <i>“Bolsas de estudo no Ensino Superior – as Bolsas da DGES”</i>	14
7. Sessões Paralelas: Salas de debate Partilha de Experiências e Boas Práticas.....	16
8. TRIBUTO	21
9. AVALIAÇÃO	22
9.1. APRESENTAÇÃO ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	22
9.1.1. Questão 1: O evento correspondeu às suas expetativas?.....	22
9.1.2. Questão 2: Como avalia a data escolhida?.....	23
9.1.3. Questão 3: Como avalia o horário escolhido?.....	23
9.1.4. Questão 4: Como avalia os temas abordados?	24
9.1.5. Questão 5: O local onde decorreu o evento foi adequado?.....	24
9.1.6. Questão 6: Como avalia a organização?	25
9.1.7. Questão 7: Como avalia o programa?	25
9.1.8. Questão 8: Como avalia a divulgação do evento?	26
9.1.9. Questão 9: Como tomou conhecimento deste evento?.....	26
9.2. COMENTÁRIOS SUGESTÕES.....	27
10. Instituições de Ensino Superior participantes	28
11. Notas conclusivas – perpectivas para futuro.....	29
ANEXOS	30

Mensagem do Administrador dos Serviços de Ação Social do IP Coimbra

A ação social, no contexto do ensino superior, é indiscutivelmente um dos pilares determinantes e inequívocos para a sustentabilidade de um ecossistema académico que se pretende cada vez mais inclusivo, justo e centrado no bem-estar do estudante, para o alcance do seu sucesso.

Para se tentar atingir este paradigma e esta visão, devem contribuir, não só os serviços de ação social, mas sobretudo a interação colaborativa destes, com todos os agentes e estruturas da comunidade académica, envolvendo as lideranças das escolas, das faculdades, o movimento associativo estudantil – isto é, as Associações de Estudantes, os professores, os provedores de estudantes e os distintos serviços com o seu pessoal não docente.

Isto é, a política da ação social no ensino superior, não deve ser determinada e conduzida somente pelos serviços de ação social, tem de ser participada e debatida pela comunidade, tem de ser definida e sustentada na visão das lideranças de topo das instituições de ensino superior. Nesta teia, todos devem estabelecer uma procura incessante de trabalho em rede e de estreito diálogo, tecendo um ambiente coeso e identificado com os valores e com a missão da sua Instituição de Ensino Superior.

Mas, parece que isto só não chega. Pois torna-se imprescindível que para além deste modelo matricial interno, possamos também ter a vontade e a capacidade de saltar para além dos muros da nossa academia, na senda da criação de pontes para novas sinergias de apoio social e reciprocidade solidária na partilha, com agentes plurais do território onde nos integramos. Isto é, com o poder autárquico local que melhor traduz a configuração social e política do nosso território, com as organizações sociais de distinta natureza e amplitude, com entidades comerciais e industriais, com as forças vivas de segurança e de saúde, entre muitas outras, para o alcance de mais respostas, para a potenciação de catalisadores em processos de resolução e soluções para os novos desafios de integração e bem-estar dos estudantes.

Pois os estudantes não vivem só entremuros nas escolas, coabitam também e muito, nas cidades! Esta propulsão para encontrar novas linhas de pensamento, novas linhas de horizonte, de enquadramento e de modelos de gestão da ação social no ensino superior, gera um conjunto infindável de inquietudes e de provocações que gostaríamos de induzir em Encontros como este. Foi também com este espírito que nos guiámos para aqui chegar e para vos convidar a embarcar no debate, na troca de experiências e no pensamento da inovação social, principalmente no quadro dos apoios sociais diretos.

Apoios estes, que abrangem cerca de um terço da nossa população estudantil de ensino superior em Portugal! Só por isto, justifica a importância da realização de Encontros como este.

Para além destes pressupostos, temos de admitir também, que passados estes 2 anos de vivências de confinamentos, momentos de isolamento social, momentos de estados de emergência, de planos de contingência, de vivências de processos de esperança e de vacinação em massa, e sobretudo de imprevisibilidade que o Covid nos trouxe, hoje estamos diferentes. Hoje, vivemos num mundo um pouco ou muito diferente, daquele nós deixámos para trás em março de 2020.

Alteraram-se os equilíbrios socioeconómicos, os equilíbrios de sobrevivência e de sustentabilidade das nossas sociedades. E isto afetou igualmente as nossas estruturas de apoio social e em particular das nossas comunidades académicas estudantis.

Hoje, após o ensaio e a instalação forçada de novos modelos de ensinar e de aprender à distância, reconfigurou-se o modelo comportamental e relacional da nossa comunidade académica.

Com o regresso às atividades académicas presenciais ou semi-presenciais neste ano letivo, percebemos que os vínculos e as rotinas dos estudantes alteraram-se e porventura vão-se coreografar outros moldes de estar e de ser, num futuro próximo.

Pois nestes cenários, que ainda germinam numa determinada escala de covid, que subsiste, e da guerra que, entretanto, estalou, obriga-nos então a enfrentar novas realidades sociais, políticas e económicas, que introduzem novos reptos constantes e obrigam-nos a gerar respostas de apoio social porventura diferentes. Penso que só em conjunto, com a partilha de vivências e de opiniões, com partilha de desassossegos, com a investigação, com o trabalho colaborativo, poderemos esboçar algumas novas respostas de apoio social, para uma melhor integração e inclusão dos nossos estudantes.

Recai agora, sobre estas preocupações, uma nova calamidade nos orçamentos e fontes financeiras dos serviços de ação social das nossas instituições, com estes bruscos aumentos dos custos dos bens alimentares e do sector energético, majorado pelo reflexo do crónico subfinanciamento da ação social no ensino superior em Portugal, que urge corrigir com todas as influências tangíveis!

Neste palco de alterações de equilíbrios que estamos a viver, nesta recente situação conjuntural, os apoios sociais diretos e os indiretos, têm que, porventura, se reconfigurar numa outra visão, não caritativa, mas provavelmente numa Visão de rutura com este modelo, e abraçar uma abordagem mais holística e multidimensional, centrada na sustentabilidade de um ecossistema para todos os estudantes, e para toda a comunidade.

Neste novo quadro, o princípio da equidade, deve prevalecer nas fórmulas de resposta do apoio social, assim como o sentido de justiça. Pois, a justiça social como todos sabemos dificilmente pode ser trabalhada por uma equação matemática, mas sim suportada numa leitura de base humanista e de grande complexidade.

Assim, atrevo-me a sugerir para a mesa da discussão neste Encontro, alguns vetores que devem acompanhar estas reformas de visão e de atuação, da ação social, como por exemplo:

- Fomentar um modelo de maior proximidade na atuação com os estudantes e com as comunidades territoriais circundantes;
- Aplicar um modelo de maior acessibilidade aos nossos serviços, pelos estudantes, com recurso à digitalização de processos;
- Promover um ecossistema cada vez mais saudável e de bem-estar, para a melhoria da qualidade de vida, entre outros.

Simultaneamente e perante este universo de novas teses sociais no ensino superior, parece ainda fundamental e oportuno, e impositivo, reanalisar, refletir e discutir o perfil e o papel do técnico de ação social, em particular os Assistentes Sociais, no ensino superior, como um agente de mudança contínua, de abertura a novos desafios e de desenvolvimento de novos saberes e competências.

Este profissional, tem de, porventura, abandonar a exclusividade da sua atuação com base num perfil de atuação numa malha estritamente técnica e catapultar-se para um plano alargado de visão política e filosófica de lato senso social.

Para tal torna-se imperativo sair da zona de conforto estabelecida e interagir com o maior número diferenciado de atores internos e externos à academia, enfrentado assim, novos públicos, novas realidades e claro gerar e experimentar novas soluções de base socio emocional!

Depois de 30 anos da publicação do DL nº 129/93, parece urgente repensar o enquadramento jurídico e financeiro da ação social no ensino superior em Portugal, passando de uma abordagem caritativa para uma visão holística, tendo em conta novos públicos e novas soluções.

João Lobato, Administrador dos SASIPC

(Extrato do discurso proferido na Sessão de Abertura)

Mensagem da Organização

É lema do IPC “Juntos erguemos sonhos” e este Encontro Nacional, foi um sonho da equipa de apoios sociais diretos ao longo de muitos anos e que surge agora integrado no plano de comemorações dos 25 anos dos SASIPC, para além de muitas outras atividades que estão a decorrer desde outubro passado.

Agradecemos por isso a todos e a todas, que nos honraram com a vossa presença, participação e envolvimento neste evento, que orgulhosamente conta com uma centena de participantes inscritos à escala nacional, 60 convidados de mais de 40 instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas.

Ao longo deste dia, a nossa proposta é de que em conjunto, se reflita sobre as políticas de ação social, nomeadamente no que concerne às bolsas de estudo, que através do debate se partilhem as boas práticas (a inovação social) e por último que se faça uma análise crítica sobre os diferentes contextos socioeconómicos no ensino superior.

Do diploma 129/ 93 à atualidade, muito caminho se trilhou, com paradigmas, novos desafios e uma necessidade permanente de práticas inovadoras dentro de cada uma das nossas instituições. É isto que nos propomos refletir hoje, através da conferência inaugural, da mesa-redonda ou das salas de debate, onde esperamos que cada um de vós partilhe este caminho longo que é de todos nós. Agradecendo por isso à nossa conferencista, aos preletores da mesa-redonda e aos moderadores e relatores das sessões de debate.

Termino agradecendo a todos aqueles que se disponibilizaram a estar connosco neste dia, bem como, a todos aqueles que ao longo dos últimos meses têm trabalhado diariamente para que este dia se concretizasse (ao Administrador dos SASIPC, Prof. João Lobato; ao Secretariado dos SAS, Joana Pinho e Alexandrina Cunha e à sua coordenadora, Mafalda Patrício; à Unidade de Alojamento e Hotelaria, na pessoa da sua coordenadora Marta Gabriel; à Unidade de Alimentação e Nutrição, na pessoa da sua coordenadora Ana Paula Baeta; ao Gabinete de Comunicação do IPC, na pessoa da sua coordenadora Cristina Matos; ao Serviço de Tesouraria, na pessoa da Manuela Viseu; ao ISCAC e aos seus colaboradores pelo incansável apoio; à Equipa que orgulhosamente coordeno: Maria João Jacob, Patrícia de Almeida, Sandra Travasso e Sofia Braga da Cruz).

Com todos, foi possível erguer este sonho! Muito obrigada!

Marta Correia, Presidente da Comissão Organizadora

(Extrato do discurso proferido na Sessão de Abertura)

1. Introdução

O Encontro Nacional de *Técnicos de Ação Social no Ensino Superior* (ENTASES) realizou-se no dia 20 de maio de 2022, no Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), no Auditório Joaquim Marques de Almeida (ISCAC - IPC) com o tema "*Do 129/93 até ao presente: paradigmas, desafios e boas práticas no apoio social direto*".

A organização do evento foi da responsabilidade dos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Coimbra (SASIPC) com uma comissão nomeada especificamente para o efeito e constituída por colaboradores destes serviços, inserido no plano de comemorações do 25.º aniversário destes serviços de ação social.

Este Encontro teve como objetivos gerais:

1. Refletir sobre as políticas de ação social no ensino superior associadas aos apoios sociais diretos (bolsas);
2. Promover o debate e partilha de boas práticas na inovação social;
3. Fomentar a análise crítica sobre contextos socioeconómicos no ensino superior.

E como destinatários: técnicos de ação social do ensino superior, dirigentes, pessoal docente e não docente, estudantes e público em geral.

Esta reunião contou com mais de 170 participantes (mais de uma centena de inscritos e 65 convidados), provenientes de 33 instituições do ensino superior (público e privado; universitário e politécnico).

O Programa incluiu uma conferência inaugural com o tema "*O papel do profissional de ação social no ensino superior: competências requeridas no exercício da profissão*", uma mesa-redonda sobre "*Bolsas de estudo no Ensino Superior – as bolsas da DGES*", cinco sessões simultâneas de reflexão e debate sobre diferentes temas em que as conclusões foram apresentadas numa sessão plenária final. Paralelamente, decorreu uma exposição de posters científicos e de divulgação de atividades de ação social de Instituições de Ensino Superior.

Comissão de Honra

- Dr. José Manuel Silva, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra
- Profª Doutora Conceição Bento, Diretora-geral do Ensino Superior
- Prof. Doutor Pedro Dominginhos, Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP)
- Prof. Doutor António de Sousa Pereira, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP)
- Prof. Doutor António Almeida Dias, Presidente da Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado (APESP)
- Profª. Doutora Maria Manuel Leitão Marques, Presidente do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC)
- Prof. Doutor Jorge Conde, Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC)
- Pe Paulo Simões, Diretor do Instituto Universitário de Justiça e Paz (IUJP)
- Estudante João Pedro Pereira, Presidente da Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico (FNAEESP)
- Estudante Ricardo Rebordão, Presidente da *Federação Nacional do Ensino Superior Particular e Cooperativo* (FNESPC)
- Estudante Daniel Tadeu, Presidente da Assembleia Magna da Associação Académica de Coimbra (AAC)
- Estudante João Machado, Presidente da Federação Académica de Lisboa (FAL)
- Estudante Ana Gabriel Cabilhas, Presidente da Federação Académica do Porto (FAP)

Comissão Organizadora

- Marta Correia (Presidente)
- Alexandrina Silva
- Ana Paula Baeta
- Joana Pinho
- Mafalda Patrício
- Manuela Viseu
- Maria João Jacob
- Patrícia de Almeida
- Sandra Travasso
- Sofia Braga da Cruz

Apoio

Gabinete de Comunicação Institucional do IPC; Instituto de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC – IPC); Rugby – Agrária; Turismo do Centro.

2. Programa

9.00 – Acolhimento aos participantes e *welcome coffee*

9.45 – **Momento Musical** - Piano – Estudante Júlio Gonçalves (ESEC - IPC)

10.00 – **Sessão de Abertura**

- Daniel Gomes (Vice-Presidente Instituto Politécnico de Coimbra)
- Ana Cortez Vaz (Vereadora da Camara Municipal de Coimbra)
- Pedro Costa (Presidente do ISCAC)
- João Lobato (Administrador dos SAS Instituto Politécnico de Coimbra)
- Marta Correia (Presidente da Comissão Organizadora do Encontro)
- Diana Crisóstomo (Representante das estudantes do Instituto Politécnico de Coimbra)

10.30 – **Conferência inaugural:**

“O papel do profissional de ação social no ensino superior: competências requeridas no exercício da profissão”

- Elsa Montenegro (Instituto Superior de Serviço Social do Porto/Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social)
- Apresentação: Marta Correia (SAS Instituto Politécnico de Coimbra)

11.15 – **Intervalo** (coffeebreak)

Exposição de posters científicos e de divulgação de atividades de ação social de instituições de ensino superior

11.45h – **Mesa-redonda: “Bolsas de estudo no Ensino Superior – as bolsas da DGES”**

- Alexandra Lopes (SAS Universidade de Coimbra)
 - Estudante Ana Gabriela Cabilhas (Presidente da Federação Académica do Porto)
 - Sara Pacheco (Direção-geral do Ensino Superior)
- Moderação: Patricia Almeida (SAS Instituto Politécnico de Coimbra)

13:00h – **Intervalo para Almoço**

14.15h – **Sessões simultâneas: Salas de Debate – *partilha de experiências e boas práticas***

- **Estudantes com necessidades específicas**
 - **Moderadores:**
 - Miguel Jerónimo (Pró-Presidente do Instituto Politécnico de Leiria)
 - Catarina Neves (SAS Instituto Politécnico de Coimbra)
 - **Relatoras:**
 - Alice Mendes (SAS Instituto Politécnico de Coimbra)
 - Isabel Borges (ESEC - Instituto Politécnico de Coimbra)

- **Regulamento das Bolsas Estudo da DGES**
 - **Moderadoras:**
 - Mafalda Vale (Escola Superior de Enfermagem de Coimbra)
 - Patricia Almeida (SAS Instituto Politécnico de Coimbra)
 - **Reladoras:**
 - Ana Cristina Abreu (Instituto Politécnico de Coimbra)
 - Marta Correia (SAS Instituto Politécnico de Coimbra)

- **Apoios de Emergência**
 - **Moderadores:**
 - Sotero Martins (SAS Universidade do Porto)
 - Luís Roseira (Provedor do Estudante do Instituto Politécnico de Coimbra)
 - **Reladoras:**
 - Sofia Braga da Cruz (SAS Instituto Politécnico de Coimbra)
 - Sandra Travasso (SAS Instituto Politécnico de Coimbra)

- **Bolsas de Atividade**
 - **Moderadores:**
 - Jerónimo Picado (SAS Instituto Politécnico de Beja)
 - Paula Coelho (Vice-Presidente da ESTGOH - Instituto Politécnico de Coimbra)
 - **Reladoras:**
 - Manuela Larguinho (GAE – ISCAC - Instituto Politécnico de Coimbra)
 - Maria João Jacob (SAS Instituto Politécnico de Coimbra)

- **Novos públicos e novas soluções**
 - **Moderadores:**
 - Ana Ferreira (Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra)
 - Diogo Moreira (Instituto Politécnico de Viana do Castelo)
 - **Reladoras:**
 - Helena Moura (SAS Instituto Politécnico de Coimbra)
 - Lucília Gonçalves (SAS Instituto Politécnico de Coimbra)

16:00 – Sessão plenária: conclusão das salas de debate – Relatores

Moderação: Joana Fernandes (ESEC – ObservAS - Instituto Politécnico de Coimbra)

16.30 - Sessão de Encerramento - Momento «25 anos na ação social...»

- João Lobato (Administrador dos SAS Instituto Politécnico de Coimbra)
- Marta Correia (Presidente da Comissão Organizadora do Encontro)

16.45 – Despedida dos participantes – *lanche com sunset*

Programa Cultural

- Primeiro momento musical: Júlio Gonçalves (Estudante da ESEC)
- Segundo momento musical: TMISCAC (Tuna do ISCAC)



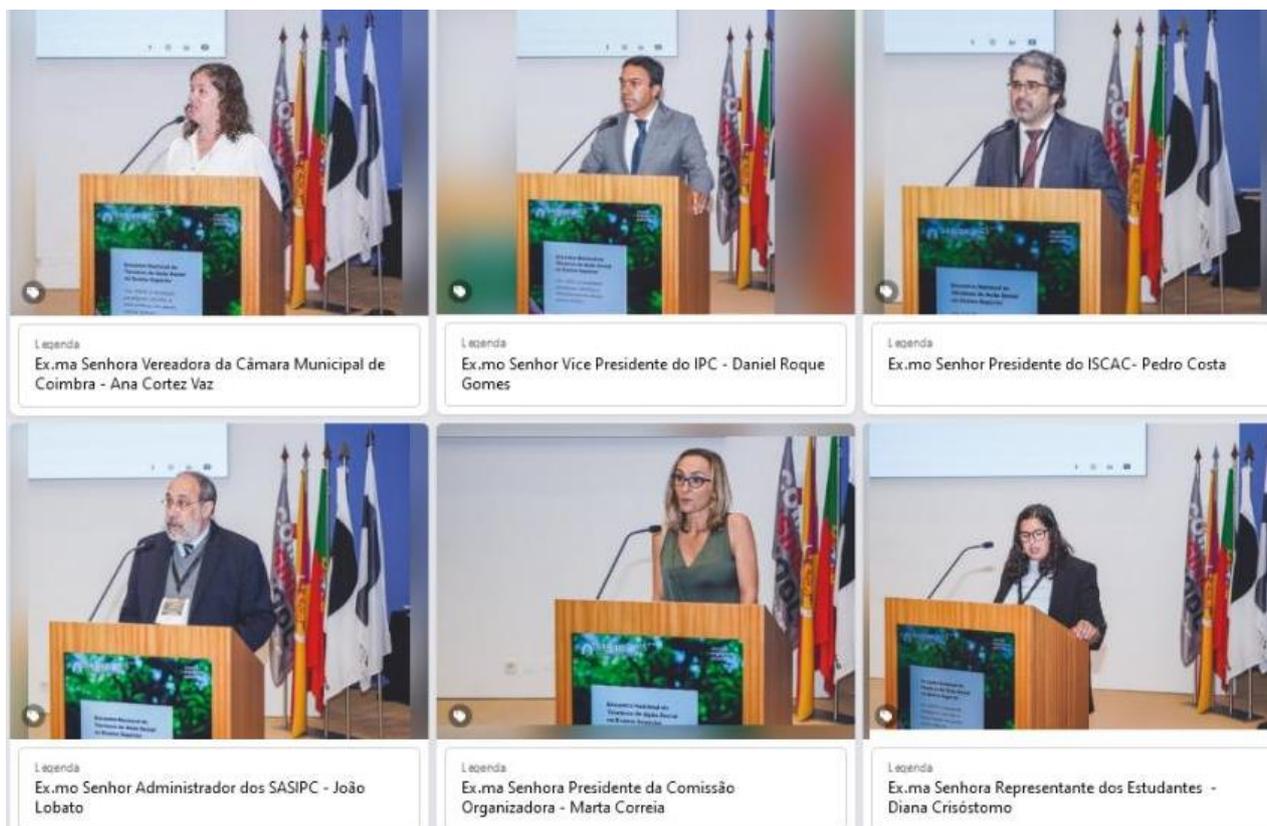
Imagem 2 -Júlio Gonçalves



Imagem 3- TMISCAC

4. Sessão de Abertura

A Sessão de Abertura teve como intervenientes a Vereadora da Câmara Municipal de Coimbra, Dra. Ana Maria Cortez Vaz, em representação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, o Vice-Presidente do IPC Professor Doutor Daniel Roque Gomes, em representação do senhor Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, o Presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra Professor Doutor Pedro Costa, instituição que acolheu este evento, o Administrador dos Serviços de Ação Social do IPC Prof. João Lobato, a Dr. Marta Correia Presidente da Comissão Organizadora do Encontro e por último a estudante Diana Crisóstomo representante das Associações de Estudantes do IPC.





5. Conferencia Inaugural: “O papel do profissional de ação social no ensino superior: competências requeridas no exercício da profissão”

Esta conferência teve como finalidade refletir sobre o papel do Assistente Social no contexto da ação do ensino superior (Apresentação em **Anexo 1**) proferida pela Prof^a Doutora Elsa Montenegro.

Nota biográfica de Elsa Montenegro

Professora Auxiliar no Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP). Licenciada em Serviço Social (2000) e pós-graduada em “Abordagens e Modelos de Intervenção na Adolescência” (2003) por esse mesmo Instituto. Doutorada em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2012). É investigadora integrada no Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social, em Lisboa. Desde 2000, desempenha funções docentes no Instituto Superior de Serviço Social do Porto no quadro das Licenciaturas em Serviço Social e Gerontologia Social e do Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social. Tem vindo a assumir a orientação de estágios curriculares (1^o e 2^o ciclos) na área da promoção e proteção de crianças e jovens em risco e da humanização dos cuidados de saúde. Possui, ainda, uma experiência de trabalho, desde 2001, com crianças, jovens e famílias socialmente vulneráveis, no âmbito dos projetos de intervenção promovidos pela Associação Qualificar para Incluir (Qpl), uma associação de solidariedade social do Porto (de que é membro fundador) que tem como principal missão interromper processos de reprodução intergeracional da pobreza. Atualmente, é membro da Direção dessa mesma Associação. Integra o Grupo de Comunicação e Media da Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos (desde 2018) e o Conselho Científico do Projeto “Vamos Cuidar. Cuidados Paliativos Pediátricos” promovido pela ATTitude – Associação de Solidariedade Social (2019).

Mais recentemente (2019), integrou o Conselho Científico da Academia de Líderes UBUNTU, promovida pelo Instituto Padre António Vieira.

6. Mesa Redonda: “Bolsas de estudo no Ensino Superior – as Bolsas da DGES”

Esta Mesa Redonda teve como finalidade promover uma reflexão e discussão sobre as bolsas de estudo da DGES nas últimas duas décadas e uma perspetiva de soluções futuras, com as seguintes apresentações:

- Uma retrospectiva histórica dos últimos 20 anos, sobre a regulamentação das bolsas (RABEEES) e da realidade vivida por uma instituição de ensino superior, o caso da Universidade de Coimbra (**Anexo 2**), pela Assistente Social Maria Alexandra Lopes, dos SASUC;
- Um olhar por parte dos estudantes com a apresentação “Quase 3 décadas depois: a perspetiva dos Estudantes sobre o RABEEES” (**Anexo 3**), apresentado pela Estudante Ana Gabriela Cabilhas, da Federação Académica do Porto;
- Uma perspetiva da tutela, da DGES, com a apresentação “Novas Soluções para a Ação Social – Desafios por parte da DGES” (**Anexo 4**), da autoria da Dr^a Priscila Couto e Dr^a Sara Pacheco, apresentada pela Dr^a Ana Sofia Ventura e Dr^a Cláudia Pinto.

Nota biográfica de Maria Alexandra Alves Lopes

Nascida a 03 de novembro de 1974, em Coimbra.

Licenciatura em Serviço Social, pelo Instituto Superior Miguel Torga em Coimbra (2000).

Mestrado em Serviço Social, pelo Instituto Superior Miguel Torga em Coimbra (2014).

Assistente Social nos *Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra*, desde 2000.

Nota biográfica de Ana Gabriela Cabilhas

Natural de Albergaria-a-Velha (Aveiro) tem de 25 anos.

É licenciada em Ciências da Nutrição pela Faculdade de Ciências da Nutrição e da Alimentação da Universidade do Porto (FCNAUP). Entre 2017 e 2019, foi presidente da Associação de Estudantes da FCNAUP (AEFCNAUP), tendo ainda integrado o Conselho Pedagógico e o Conselho Executivo da faculdade. Em 2018, assumiu o cargo de vice-presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Federação Académica do Porto e, um ano depois, passou a integrar a direção daquele organismo.

Em 2010 foi eleita para o Conselho Geral da U. Porto, um dos principais órgãos de decisão da Universidade.

Nota biográfica de Ana Sofia Ventura

Portuguesa, licenciada em Serviço Social, pelo *Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa*, é atualmente Técnica Superior na *Direção Geral do Ensino Superior*, a exercer funções na Direção de Serviços de Apoio ao Estudante, designadamente no apoio à instituições de Ensino Superior (público e privado) e análise de bolsas de estudo.

Nota biográfica de Cláudia Andreia Moura Pinto

Portuguesa, Licenciada em Ciências da Comunicação, pela *Universidade Autónoma de Lisboa*, é atualmente Técnica Superior na *Direção Geral do Ensino Superior*, a exercer funções na Direção de Serviços de Apoio ao Estudante, designadamente no apoio à instituições de Ensino Superior (público e privado) e análise de bolsas de estudo.

7. Sessões Paralelas: Salas de debate | Partilha de Experiências e Boas Práticas

- **SESSÃO: Estudantes com necessidades específicas**
 - **Moderadores:**
 - Catarina NEVES (SAS Instituto Politécnico de Coimbra)
 - Miguel Jerónimo (Pró-Presidente do Instituto Politécnico de Leiria)
 - **Reladoras:**
 - Alice Mendes (SAS Instituto Politécnico de Coimbra)
 - Isabel Borges (ESEC - Instituto Politécnico de Coimbra)

Conclusões:

As conclusões gerais do debate, em sala, sobre a temática em apreço apontam para: a premência da aprovação de uma moldura legal específica para abranger a(s) necessidade(s) concretas destes estudantes; o acesso a financiamento e a recursos; o estabelecimento de parcerias através da criação de uma rede diversificada; a necessidade de se sensibilizarem as lideranças das IES; e a promoção de políticas sustentadas no pressuposto da *Responsabilidade Social*.



- **SESSÃO: Regulamento das Bolsas Estudo da DGES**

- **Moderadoras:**

Mafalda Vale (Escola Superior de Enfermagem de Coimbra)

Patrícia de Almeida (SAS Instituto Politécnico de Coimbra)

- **Reladoras:**

Ana Cristina Abreu (Instituto Politécnico de Coimbra)

Marta Correia (SAS Instituto Politécnico de Coimbra)

Conclusões:

Foi salientada, em sede de debate, a discrepância entre as IES privadas e as públicas quanto aos procedimentos executados, por força da lei, nomeadamente, ao nível da instrução das candidaturas, o que gera, naturalmente, desigualdade entre os estudantes. Daqui resulta a necessidade de uniformizarem critérios, sugerindo-se que o manual de procedimentos da DGES passe a ser de utilização obrigatória. O grupo, considerou como um imperativo a urgência na alteração dos critérios para a ponderação dos rendimentos, sendo consensual que, pelo menos, as despesas de saúde e habitação deveriam ser dedutíveis. Foi, de igual modo, consensual a necessidade de se rever os conteúdos e procedimentos respeitantes aos artigos 32º e 48º do RABEEES. A atribuição automática de bolsas de estudo foi considerada uma medida muito positiva, embora careça de aperfeiçoamento, tendo sido referenciada a questão da diferenciação nas reposições e a ausência dos critérios de seleção nos processos a serem verificados no ensino público (25%) considerando-se que as medidas de fiscalização aplicadas, no ensino privado, poderiam ser transversais a todas as IES.

A maioria dos participantes presentes na sala considerou que o regulamento não é perceptível, preciso ou de fácil leitura, pelo que se considerou recomendável uma revisão à sua redação. Foi, de igual modo, consensual que o valor das bolsas de estudo concedidas a estudantes em situação de acolhimento institucional é excessivo. Para terminar, o grupo identificou, como necessária, a criação de uma rede nacional colaborativa entre os técnicos de ação social no ensino superior.



- **SESSÃO: Apoios de Emergência**
 - **Moderadores:**
 - Luís ROSEIRO (Provedor do Estudante do Instituto Politécnico de Coimbra)
 - Sotero Martins (SAS Universidade do Porto)
 - **Relatoras:**
 - Sandra Travasso (SAS Instituto Politécnico de Coimbra)
 - Sofia Braga da Cruz (SAS Instituto Politécnico de Coimbra)

Conclusões:

Das considerações anotadas salienta-se a necessidade da prestação de outros apoios, no sentido de responder ao aumento de pedidos de apoios de emergência, a existência de diferentes formas de atribuição deste tipo de apoio, a possibilidade de dar resposta a muitos dos estudantes que não se enquadravam no sistema de bolsas da DGES. Foi ainda referido que as formas de financiamento são diversas, e que os estudantes internacionais passaram a ser um dos grandes desafios das instituições de Ensino Superior.



- **SESSÃO: Bolsas de Atividade**

- **Moderadores:**

- Jerónimo Picado (SAS Instituto Politécnico de Beja)

- Paula Coelho (Vice-Presidente da ESTGOH - Instituto Politécnico de Coimbra)

- **Relatoras:**

- Manuela Larginho (GAE – ISCAC - Instituto Politécnico de Coimbra)

- Maria João Jacob (SAS Instituto Politécnico de Coimbra)

Conclusões:

Em sede de debate foi identificada a necessidade de se envolverem as Unidades Orgânicas de Ensino na promoção de atividades que se pretendem diversificadas. Adicionalmente, constatou-se que os estudantes abrangidos são progressivamente aqueles que indicam dificuldades económicas que não podem ser atendidas através do sistema de bolsas de estudo (DGES).

Outra das conclusões aponta para a necessidade de se expandir o âmbito do programa colocando estudantes em atividades promovidas por entidades privadas e externas às IES que frequentam.

Uma última conclusão remete para a diferenciação encontrada no formato de materialização do apoio (pecuniário ou em géneros) constatando-se que existe uma procura substancialmente superior quando se trata de retribuições em dinheiro.



- **SESSÃO: Novos públicos e novas soluções**
 - **Moderadores:**
 - Ana Ferreira (Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra)
 - Diogo Moreira (Instituto Politécnico de Viana do Castelo)
 - **Relatoras:**
 - Helena Moura (SAS Instituto Politécnico de Coimbra)
 - Lucília Gonçalves (SAS Instituto Politécnico de Coimbra)

Conclusões:

Apesar da vasta experiência em Mobilidades/Intercâmbios patente, de forma transversal, em todas as IES presentes verificou-se que os novos públicos estão a trazer, às organizações, um conjunto de desafios para os quais é necessário criar e implementar soluções eficazes de resposta.

Existe uma consciência conjunta de que é imperativo reforçar um apoio de proximidade e de acompanhamento aos Estudantes Internacionais, com medidas concretas na área académica e na vertente da socialização. Algumas medidas propostas apontam para a criação de um *Gabinete de Apoio ao Estudante Internacional*, bem como de *Comissões de Acolhimento e Acompanhamento* específicas.

Foram elencadas as boas práticas institucionais de que são exemplos: o *Student-Hub* ; lojas sociais; banco de trajes académicos; famílias de acolhimento; e fundos de apoio de emergência com apoio do mecenato.

Contudo, as instituições, de forma genérica, consideraram que: se devem continuar a ensaiar novas soluções; criando e valorizando as equipas multidisciplinares; desenvolvendo práticas de formação experiencial para os atores da ação social; e por fim, implementando e promovendo redes colaborativas.



8. TRIBUTO

Este dia terminou com uma sessão de encerramento onde foram homenageados todos os participantes presentes neste Encontro, de várias instituições de ensino superior, que têm vindo a desenvolver a sua atividade profissional na área da ação social no ensino superior há, pelo menos, 25 anos e que consentiram (previamente), serem alvo deste tributo público e simbólico.



Imagem do Tributo – Azulejo simbolizando a Rainha Santa Isabel, todos diferentes e pintados à mão, da autoria de Alexandra Almeida (Coimbra)

9. AVALIAÇÃO

Após a concretização do evento procedeu-se a um momento avaliação com os objetivos de :

- medir a eficácia do evento;
- quantificar o nível de satisfação dos participantes;
- identificar as fragilidades a corrigir e/ou ajustar em futuros eventos desta temática;
- elencar os pontos fortes a manter em futuras edições.

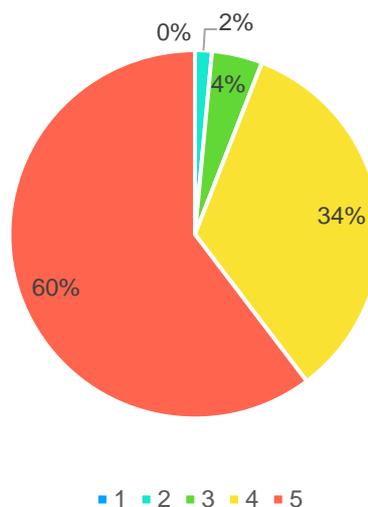
Nesse sentido, foi remetido, por e-mail para todos os participantes, um formulário de avaliação composto por um total de 9 questões: 8 questões para avaliação específica do evento e uma questão para identificação das melhores estratégias a adotar nos meios /formatos de divulgação de eventos a promover, no futuro, pela instituição. Foram rececionadas **68 respostas**.

9.1. APRESENTAÇÃO | ANÁLISE DOS RESULTADOS

9.1.1. Questão 1: O evento correspondeu às suas expetativas?

Conforme se poderá verificar através da análise de dados plasmados no **Gráfico 1**, o evento superou as expetativas dos participantes atendendo a que 84 % o quantificaram com as pontuações máximas (4 ou 5).

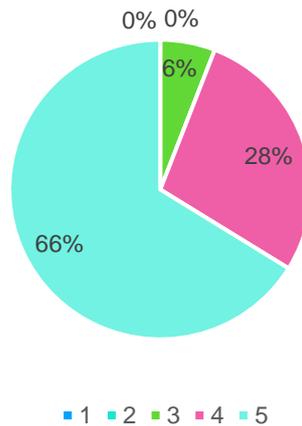
Gráfico 1: Expetativas



9.1.2. Questão 2: Como avalia a data escolhida?

No que concerne à data escolhida a maioria dos participantes classifica como boa (28%) ou muito boa (66%) - *Gráfico 2*.

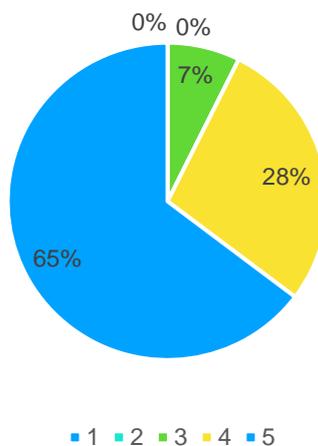
Gráfico 2: Data escolhida



9.1.3. Questão 3: Como avalia o horário escolhido?

Os resultados obtidos na questão 3 -*Gráfico 3*-permitem-nos concluir que o horário escolhido agradou à maioria dos participantes (93%) que o quantificaram com as pontuações máximas (4 ou 5).

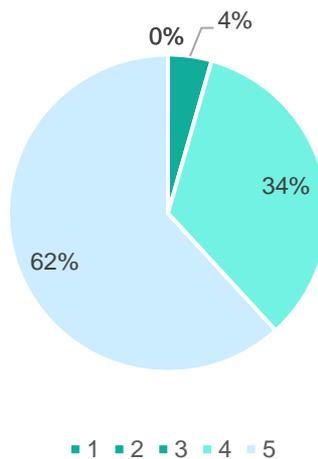
Gráfico 3: Horário escolhido



9.1.4. Questão 4: Como avalia os temas abordados?

Os temas apresentados, pela organização, para integrarem o programa e abordados no decorrer do evento, agradaram à maioria dos participantes -**Gráfico 4**- que o classificaram com as pontuações de 4 (34%) ou de 5 (62%).

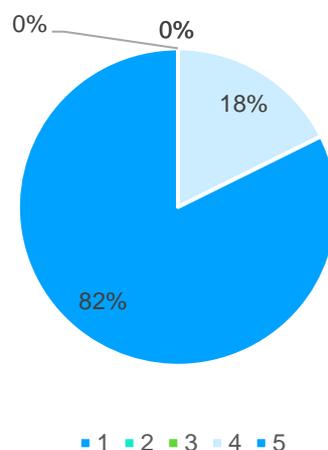
Gráfico 4: Temas abordados



9.1.5. Questão 5: O local onde decorreu o evento foi adequado?

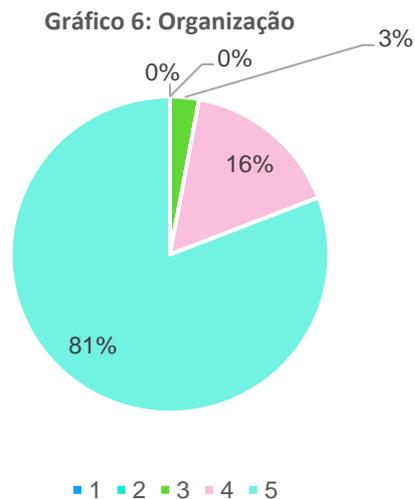
A escolha do local agradou aos participantes tendo alcançado um enorme consenso -**Gráfico 5**- com as pontuações a serem distribuídas entre a classificação de 4 (18%) ou de 5 (82%).

Gráfico 5: Adequação do local ao evento



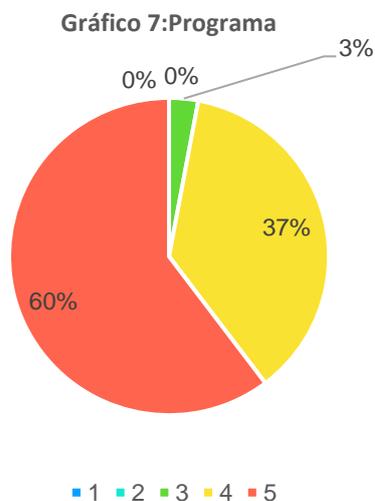
9.1.6. Questão 6: Como avalia a organização?

Quanto à questão 6 os resultados obtidos permitem-nos concluir que a organização do evento foi um dos pontos fortes do evento tendo 81% dos participantes classificado a mesma com nota máxima -**Gráfico 6**.



9.1.7. Questão 7: Como avalia o programa?

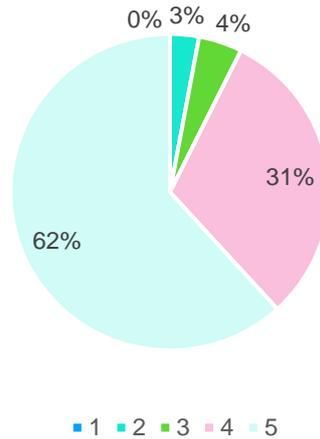
O programa foi avaliado de forma muito positiva com as pontuações a serem distribuídas entre a classificação de 4 (37%) ou de 5 (60%) - **Gráfico 7**.



9.1.8. Questão 8: Como avalia a divulgação do evento?

Os participantes classificaram a divulgação do evento como boa (31%) ou muito boa (62%) - **Gráfico 8**.

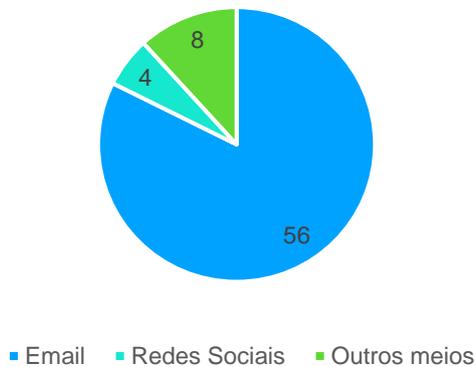
Gráfico 8: Divulgação do evento



9.1.9. Questão 9: Como tomou conhecimento deste evento?

A informação sobre a existência do evento chegou aos participantes de diversas formas sendo o e-mail a opção que reuniu a maioria das respostas (56%) conforme se poderá verificar através da leitura do **Gráfico 9**.

Gráfico 9: Conhecimento do evento



Outros meios:

- Contacto telefónico;
- Através de um colega;
- Entidade Empregadora;
- Convite;
- Reuniões Internas;
- Integrar Organização;
- Contacto Direto;
- IPC - Convite

9.2. COMENTÁRIOS | SUGESTÕES

A título de súmula destacamos os pontos fortes identificados pelos participantes designadamente:

- o acolhimento pela equipa responsável pela organização do evento;
- a pertinência, diversidade e atualidade das temáticas escolhidas;
- a possibilidade de exploração, mais aprofundada, em sede de debate nas sessões paralelas/simultâneas, de alguns dos temas que «inquietam» os Técnicos de Ação Social das IES;
- as oportunidades de partilha quer conhecimentos, quer de boas práticas, entre pares;
- a forte adesão das instituições (a nível nacional) e com proveniências de diferentes pontos do país.

Quanto às sugestões de melhoria as mesmas remetem-nos, quase em exclusivo, para as sessões paralelas /simultâneas, apontando propostas de um horário mais alargado a estes espaços de partilha.

10. Instituições de Ensino Superior participantes

CESPU - Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário

Escola Superior de Enfermagem de Coimbra

Escola Superior de Enfermagem de Lisboa

Escola Superior de Enfermagem do Porto

Escola Superior de Saúde do Norte

Escola Superior Náutica Infante D. Henrique

Escola Universitária Vasco da Gama

Instituto de Estudos Superiores de Fafe

Instituto Politécnico de Beja

Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Politécnico de Castelo Branco

Instituto Politécnico de Leiria

Instituto Politécnico de Portalegre

Instituto Politécnico de Santarém

Instituto Politécnico de Tomar

Instituto Politécnico de Viseu

Instituto Politécnico do Cavado e do Ave

Instituto Politécnico do Porto

Instituto Politécnico Jean Piaget

Instituto Superior de Entre Douro e Vouga

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Universidade Atlântica

Universidade da Maia

Universidade de Aveiro

Universidade de Coimbra

Universidade de Évora

Universidade do Algarve

Universidade do Minho

Universidade Lusíada

Universidade Lusófona do Porto

Universidade Nova Lisboa

Universidade Portucalense

Universidade do Porto

11. Notas conclusivas – perspectivas para futuro

Neste Encontro evidenciou-se a importância estratégica da Ação Social no Ensino Superior, como um pilar fundamental para o bem estar e o sucesso académico do estudante. Para tal, a importância dos vários programas de apoio social diretos ganham uma relevância significativa, assim como, a inovação social com a oferta de novos figurinos de apoio adaptados às novas realidades.

Constatou-se neste evento que a partilha e o trabalho colaborativo em rede entre os Serviços de Ação Social das várias Instituições de Ensino Superior, constituem uma força enriquecida para a promoção de boas práticas com benefícios diretos para os estudantes do ensino superior.

Esta experiência de reunião, permitiu ainda discutir algumas das políticas de ação social, com propostas concretas de alteração e melhorias (nomeadamente nas sessões debate) advindas do exercício empirico dos participantes.

Por todas estas razões parece-nos fundamental replicar eventos desta natureza, onde o debate e a partilha devem sobressair, contribuindo para a consolidação de experiências e aprendizagens.

Após 30 anos da publicação do DL nº 129/93, urge repensar o enquadramento jurídico e financeiro da ação social no ensino superior em Portugal, numa visão e abordagem holística.

ANEXOS

Apresentações - Comunicações

Conferência Inaugural: Prof^a Doutora Elsa Montenegro



Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
20 de maio de 2022

elsa.montenegro@isssp.pt

**Desigualdades
no acesso à
educação**

Embora tenhamos **nascido todos com os mesmos direitos**, na verdade *as condições sociais em que nascemos para o exercício desses direitos são distintas e dependentes das famílias que temos.*

Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
20 de maio de 2022

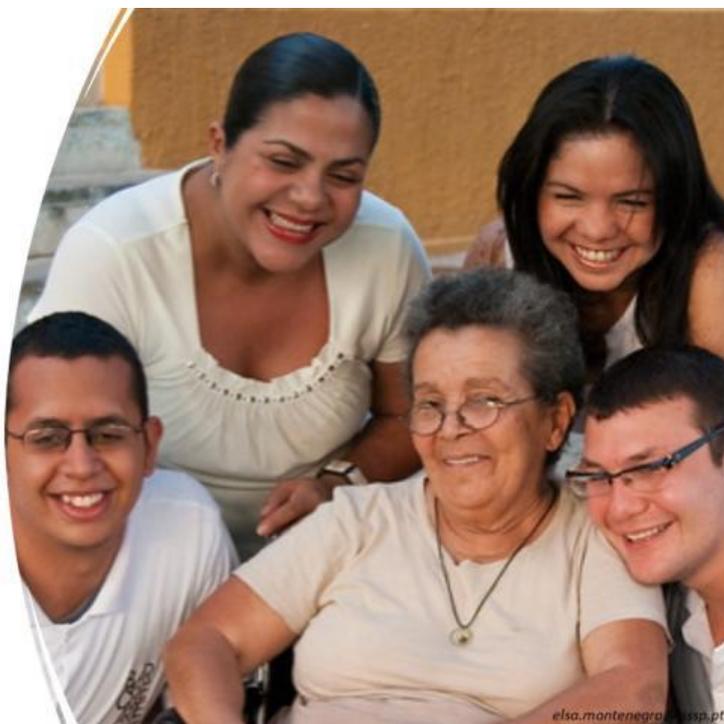
elsa.montenegro@issp.pt

**Desigualdades no
acesso à educação**

A FAMÍLIA

**PRIMEIRO CONTEXTO ONDE SE
INICIA A DESIGUALDADE DE
OPORTUNIDADES**

Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
20 de maio de 2022



elsa.montenegro@issp.pt

Desigualdades no acesso à educação

A ESCOLA

OS “EXCLUÍDOS DO INTERIOR” (P. Bourdieu)

Reduzir as barreiras formais de acesso à educação não representa necessariamente a superação das desigualdades sociais.



Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
20 de maio de 2022

elsa.montenegro@issp.pt

Competências do
interventor social
no campo da Ação
social no Ensino
Superior

ESFORÇO DE TEORIZAÇÃO DOS
PROBLEMAS SOCIAIS QUE AFETAM
OS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR

Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
20 de maio de 2022

elsa.montenegro@issp.pt

**Respostas jurídicas e
institucionais no
campo da Ação Social
no Ensino Superior**

**O exercício da profissão é indissociável das condições
sociais e políticas que a enquadram, num dado horizonte
de possibilidades e constrangimentos.**

Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
 20 de maio de 2022

elsa.montenegro@issp.pt

**Respostas
jurídicas e
institucionais no
campo da Ação
Social no Ensino
Superior**

Apoios sociais diretos	Apoios sociais indiretos
Bolsas de Estudo	Acesso à alimentação em cantinas e bares
Auxílios de Emergência e concessão de empréstimos	Alojamento
	Funcionamento de serviços de informação, de reprografia, de apoio bibliográfico e de material escolar
	O acesso a serviços de saúde
	O apoio às atividades desportivas e culturais

**Respostas jurídicas
e institucionais no
campo da Ação
Social no Ensino
Superior**

PISTAS DE REFLEXÃO:

- GESTÃO DAS BOLSAS: só?
- Como potenciar mudanças estruturais significativas no combate à desigualdade no sucesso dentro do ensino superior e na criação de condições para melhorar o desempenho dos estudantes nas IES?

Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
20 de maio de 2022

elsa.montenegro@issssp.pt

**Respostas jurídicas
e institucionais no
campo da Ação
Social no Ensino
Superior**

PISTAS DE REFLEXÃO:

- O que é ser eficaz no campo da ação social no ensino superior?
- É cumprir os critérios definidos pelas medidas de apoio social?
- Ou é responder da melhor forma às necessidades e expectativas dos destinatários dessas medidas, ou seja, os alunos?

Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
20 de maio de 2022

elsa.montenegro@issssp.pt

**Respostas jurídicas
e institucionais no
campo da Ação
Social no Ensino
Superior**

PISTAS DE REFLEXÃO:

Que mudanças devem ser operadas, em matéria de proteção social, para que os estudantes que são expostos a condições sociais desfavoráveis, de exclusão, não sejam empurrados para um patamar minimalista de proteção e/ou de tradição filantrópica, tantas vezes substitutiva da lógica de direitos?

Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
20 de maio de 2022

elsa.montenegro@isssp.pt

**Respostas jurídicas
e institucionais no
campo da Ação
Social no Ensino
Superior**

PISTAS DE REFLEXÃO:

Os apoios devem abranger maior número de beneficiários (volume) ou apoiar mais cada um dos beneficiários (intensidade)?

Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
20 de maio de 2022

elsa.montenegro@isssp.pt



**Respostas jurídicas
e institucionais no
campo da Ação
Social no Ensino
Superior**

DESAFIOS E CONSTRANGIMENTOS:

- 1) Os estudantes são vistos como consumidores de Recursos;
- 2) Políticas sociais sectoriais e pouco articuladas entre si;
- 3) A orientação da Ação Social para a prestação de contas;
- 4) Maior foco na gestão DE RECURSOS e não na intervenção direta COM OS ESTUDANTES.

Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
20 de maio de 2022

elsa.montenegro@isspp.pt

**Respostas jurídicas
e institucionais no
campo da Ação
Social no Ensino
Superior**

DESAFIOS E CONSTRANGIMENTOS:

- 5) Apesar de o número de estudantes bolsistas ter aumentado, **o nível de carência económica para se ter acesso a uma bolsa de estudo tem de ser muito significativo**, sendo que, na maioria dos casos, a bolsa não cobre de todo as despesas educativas.
- 6) Que alterações devem ainda ser promovidas para que **o processo de atribuição de bolsas seja mais célere?**
- 7) E quantos jovens nem sequer equacionam a possibilidade de dar continuidade à sua formação académica, por **desconhecimento dos apoios sociais diretos e indiretos?**

Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
20 de maio de 2022

elsa.montenegro@isspp.pt

**Respostas jurídicas
e institucionais no
campo da Ação
Social no Ensino
Superior**

DESAFIOS E CONSTRANGIMENTOS:

8) Necessidade de se desenvolverem **estratégias que promovam um melhor aproveitamento, por parte dos estudantes, dos apoios complementares** que as IES disponibilizam.

Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
20 de maio de 2022

elsa.montenegro@isspp.pt

**Modalidades de
organização e de
gestão do
trabalho das IES**

- 1) Em que **condições institucionais intervém o técnico de ação social na IES onde trabalha** (quadro de constrangimentos e de possibilidades)?
- 2) Que **prioridades norteiam o seu trabalho**: quais são e como as define?
- 3) Como as **partilha com os outros atores que dão vida às IES e como os persuade da sua pertinência?**

Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
20 de maio de 2022

elsa.montenegro@isspp.pt

**Modalidades de
organização e de
gestão do
trabalho das IES**

- 4) Que **frentes de trabalho** elege e que **programas de ação** concebe para ajudar a combater problemas como o absentismo e insucesso no ensino superior?
- 5) De que modo (com quem e como) operacionaliza esses programas?
- 6) Que **avaliação faz/propõe** do trabalho desenvolvido e que **contributos dá para reverter essa avaliação para o sucesso dos estudantes** e, de um modo geral, para um melhor funcionamento das IES?

Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
20 de maio de 2022

elsa.montenegro@isssp.pt

**Modalidades de
organização e de
gestão do
trabalho das IES**

Atribuição de bolsas de mérito a estudantes com aproveitamento escolar excepcional

Bolsas de Colaboração Institucional

Apoio a estudantes com NEE

Apoio à integração do estudante na escola (avaliar pedidos de apoio psicológico, realização de workshops, programas de competências académicas e pessoais, atividades de promoção de estilos de vida saudáveis, counseling pontual ao estudante,...)

Apoio a estudantes deslocados e à integração de estudantes recém chegados dos PALOP – projetos de mentorado

Assegurar a gestão de projetos de voluntariado social;

Promover ou colaborar em iniciativas com vista à empregabilidade dos estudantes

Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
20 de maio de 2022

elsa.montenegro@isssp.pt

**Modalidades de
organização e de
gestão do
trabalho das IES**

1) Transformações que permitam flexibilizar os seus desempenhos, controlar e avaliar a qualidade dos serviços produzidos e que incluam formas de participação da sociedade na sua gestão;

Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
20 de maio de 2022

elsa.montenegro@issssp.pt

**Modalidades de
organização e de
gestão do
trabalho das IES**

2) Transformações que consintam uma melhor afetação e utilização das aptidões e capacidades dos indivíduos que trabalham nos serviços, que promovam a aprendizagem contínua e o trabalho em equipa, que estimulem a construção de uma visão partilhada sobre a sua missão;

Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
20 de maio de 2022

elsa.montenegro@issssp.pt

**Modalidades de
organização e de
gestão do
trabalho das IES**

3) Transformações que permitam que os técnicos de ação social se recentrem nos estudantes, nas suas necessidades e carências, que invistam no desenvolvimento do seu sentido de serviço, que estimulem a sua reflexão acerca dos impactos das suas rotinas de trabalho e, de uma maneira geral, de todo o funcionamento institucional.

Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
20 de maio de 2022

elsa.montenegro@isspp.pt



Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
20 de maio de 2022

elsa.montenegro@isspp.pt



Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior
20 de maio de 2022

elsa.montenegro@issp.pt

MESA REDONDA “Bolsas de estudo no Ensino Superior – as bolsas da DGES”

Maria Alexandra Alves Lopes

Evolução da atribuição de Bolsas de Estudo a estudantes do Ensino Superior nos últimos 20 anos

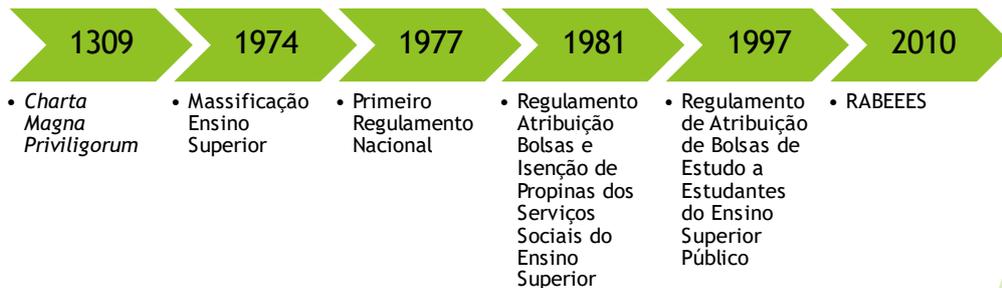
Alexandra Lopes

Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra

Encontro Nacional de Técnicos de Ação Social no Ensino Superior

ISCAC-IPC, 20 de Maio de 2022

Evolução - Linha Cronológica



Evolução - Linha Cronológica



1309

Origens

El Rei D. Dinis aprova a *Charta Magna Priviligorum*:

- ▶ determinava isenção do pagamento de portagens nas deslocações dos estudantes para a Universidade
- ▶ determinava que as casas devolutas fossem destinadas a moradias de estudantes
- ▶ autorizava que os estudantes se fizessem acompanhar de mantimentos

1974

Com a Revolução e Democratização

- ▶ massificação do ensino superior
- ▶ estudantes oriundos de famílias economicamente desfavorecidas
- ▶ bolsas de estudo - atribuídas de acordo com normas estabelecidas em cada universidade

1977

Primeiro Regulamento Nacional

Despacho nº 313/77, de 29 de dezembro

- ▶ uniformização de critérios a nível nacional – regulamento comum
- ▶ bolsas de estudo – montante calculado em função das despesas resultantes dos estudos

1981/86

Regulamento de Atribuição de Bolsas e Isenção de Propinas dos Serviços Sociais do ES

Portaria nº 760/81, de 04 de setembro e Portaria nº 504/86, de 09 de setembro

- ▶ distinção entre rendimentos fixos e rendimentos variáveis
- ▶ “fatores favoráveis”
 - rendimentos fixos
 - situações de doença incapacitante para o trabalho
 - agregados constituídos por 2 ou 3 pessoas
 - existência de mais do que 2 estudantes no agregado
 - aproveitamento escolar a todas as cadeiras

1981/86

Regulamento de Atribuição de Bolsas e Isenção de Propinas dos Serviços Sociais do ES

- ▶ “fatores desfavoráveis”
 - rendimentos de várias origens
 - sociedades, comércio ou indústria, profissões liberais
- ▶ bolsas de estudo – atribuídas por escalões (tabela atualizada anualmente)

1997

Regulamento de Atribuição de Bolsas a Estudantes do ES Público

Despacho nº 10324-D/97, de 31 de outubro

- ▶ anuladas as correções com base em fatores favoráveis e fatores desfavoráveis
- ▶ rendimentos declarados fiscalmente - líquidos
- ▶ dedução de encargos com a habitação permanente e de encargos resultantes de doença crónica
- ▶ abatimento ao rendimento (não superior a 10%)

1997

Regulamento de Atribuição de Bolsas a Estudantes do ES Público

- ▶ complementos de alojamento ou transporte
- ▶ aproveitamento escolar - despenalização dos 2 primeiros anos sem aproveitamento e aproveitamento mínimo
- ▶ possibilidade de análise de situações especiais não previstas no regulamento
- ▶ regras técnicas (aprovação era da competência de cada IES)

2010

RABEEES

Despacho nº 14474/2010, de 16 de Setembro

- ✓ contratualização (assegurar apoio social em todo o ciclo de estudos)
- ✓ Linearidade (variação da bolsa de forma proporcional ao PC)

Alterações introduzidas:

- ▶ exclusão de candidatos cujos agregados familiares fossem detentores PM superior a 240 vezes o IAS e/ou não apresentassem a situação contributiva/tributária regularizada
- ▶ situações especiais claramente definidas na legislação

2010 RABEEES

- ▶ desaparece o complemento de transporte para estudantes não deslocados
- ▶ reforçada a exigência no conceito de aproveitamento escolar
- ▶ deixaram de ser feitas deduções ou abatimentos ao rendimento
- ▶ nº elementos do agregado familiar não era considerado por inteiro

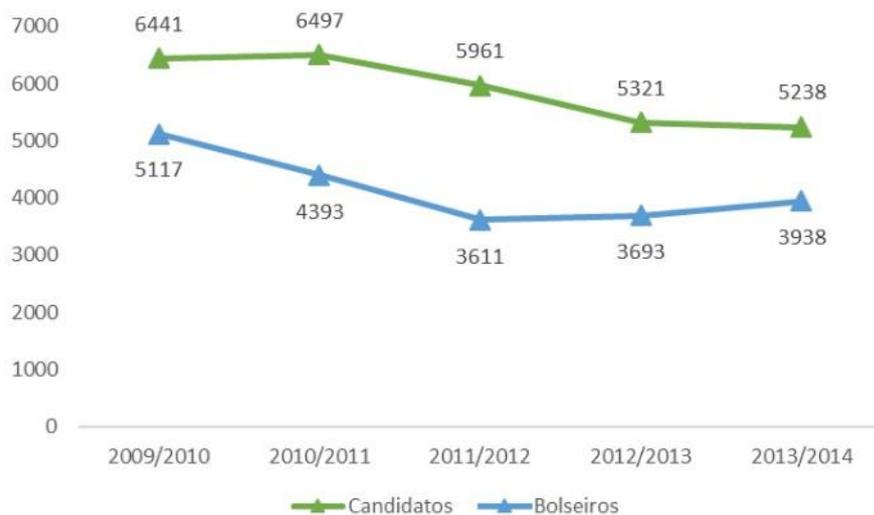
2010 RABEEES

- ▶ passaram a ser considerados
 - rendimentos anuais ilíquidos (rendimentos de trabalho - 85%)
 - rendimentos de capitais (juros de depósitos bancários, dividendos de ações ou rendimentos de outros ativos financeiros ou, caso fosse superior, 5% do património mobiliário)
 - rendimentos prediais (rendas declaradas fiscalmente ou, caso fosse superior, 5% do património imobiliário)

Ano Letivo	Estudantes inscritos na UC *	Estudantes concorrentes a bolsa de estudo	Estudantes com bolsa de estudo atribuída	Estudantes com bolsa de estudo recusada
2009/2010	19.901	6.441	5.117	1.324
2010/2011	21.575	6.497	4.393	2.104
2011/2012	20.880	5.961	3.611	2.350
2012/2013	21.036	5.321	3.693	1.628
2013/2014	19.921	5.238	3.938	1.300

Fonte: Relatórios de Gestão e Contas da UC e SASUC

* Estudantes de 1.º, 2.º ciclo e MI



2011 RABEEES – 1.ª revisão

Despacho nº 12780-B/2011, de 23 de setembro

Alterações

- ▶ aprovação a pelo menos 60% dos ECTS em que tivesse estado inscrito ou a 36 ECTS se tivesse estado inscrito a menos de 60 ECTS
- ▶ passaram a ser considerados os rendimentos ilíquidos na totalidade

2011 RABEEES – 1.ª revisão

- ▶ passaram a ser considerados escalões e taxas na contabilização do patrimóniomobiliário
- ▶ bolsa base anual máxima era majorada em 1,075 (unipessoais AF de dois elementos)
- ▶ agregado familiar voltou a ser considerado por inteiro
- ▶ valor da bolsa base anual máxima baixou

2012 RABEEES – 2.ª revisão

Despacho nº 8442-A/2012, de 22 de junho

- ▶ alargamento do prazo de candidatura
- ▶ apresentação da candidatura fora do prazo estabelecido
- ▶ atribuição de um complemento aos bolseiros portadores de deficiência

2015 RABEEES – 3.ª revisão

Despacho nº 7031-B/2015, de 24 de junho

- ▶ aumento do limiar de elegibilidade de 14 para 16 x o IAS
- ▶ menores em guarda partilhada - considerados como meio elemento
- ▶ rendimento mínimo para agregados unipessoais
- ▶ exceções para a obrigatoriedade de inscrição num mínimo de 30 ECTS

2015 RABEEES – 3.ª revisão

- ▶ irrelevância do AE no caso de uma 1ª mudança de curso
- ▶ contabilização dos lucros das sociedades por quotas
- ▶ alteração do apuramento dos rendimentos (anexo C)
- ▶ atribuição de um mês adicional de complemento de alojamento (11 meses)
- ▶ aprovação de calendário anual fixando a data de pagamento mensal das bolsas de estudo

2017 RABEEES – 4.ª revisão

Despacho nº 5404/2017, de 21 de junho

- ▶ Plataforma da Interoperabilidade da Administração Pública
- ▶ contratualização da atribuição das bolsas de estudo (processo simplificado e automático)
- ▶ alteração da condição de aproveitamento escolar (inscrição + de 60 ECTS)
- ▶ metodologia para cálculo dos rendimentos (artigo 32º)

2020 RABEEES – 5.ª revisão

Despacho nº 9138/2020, de 25 de setembro

- ▶ aumento do limiar de elegibilidade de 16 para 18 x o IAS
- ▶ reforço da bolsa mínima (125% da PE)
- ▶ majoração em 60% das bolsas atribuídas aos estudantes com NEE
- ▶ reforço do complemento de alojamento fora das RU
- ▶ complemento de alojamento para estudantes duplamente deslocados

2020 RABEEES – 5.ª revisão

- ▶ novos mecanismos de atribuição automática de bolsa:
 - estudantes que ingressam no ensino superior – artigo 30º
 - estudantes que já frequentam o ensino superior – artigo 48º
- ▶ normas transitórias que adaptam a aplicação do regulamento à situação pandémica (COVID 19):
 - revisão extraordinária do valor de bolsa no ano letivo 2020/2021
 - contabilização do aproveitamento escolar no ano letivo 2020/2021

2021 RABEEES – 6.ª revisão

Despacho nº 9276-A/2021, de 20 de setembro

- ▶ manutenção das normas transitórias que adaptam a aplicação do regulamento à situação pandémica (COVID 19)
 - revisão extraordinária do valor de bolsa no ano letivo 2020/2021
 - contabilização do aproveitamento escolar no ano letivo 2020/2021
- ▶ consolidação dos mecanismos de atribuição automática de bolsa
 - estudantes que ingressam no ensino superior – artigo 30º
 - estudantes que já frequentam o ensino superior – artigo 48º

Ano Letivo	Estudantes inscritos na UC*	Estudantes concorrentes a bolsa de estudo	Estudantes com bolsa de estudo atribuída	Estudantes com bolsa de estudo recusada
2014/2015	19.296	5.060	3.888	1.172
2015/2016	18.882	5.257	4.177	1.080
2016/2017	18.574	5.256	4.141	1.115
2017/2018	18.758	5.500	4.371	1.129
2018/2019	19.066	5.470	4.302	1.168
2019/2020	19.400	5.457	4.280	1.177
2020/2021	20.087**	5.760	4.711	1.049

Fonte: Relatórios de Gestão e Contas da UC e SASUC

* Estudantes de 1.º, 2.º ciclo e MI

** Dados a 31/12/2020



Se, em tempos, as práticas dos vários SAS contribuíam para promover alterações à legislação de atribuição de bolsas, nos últimos 20 anos acontece o inverso.

São as políticas de atribuição de bolsas que determinam as práticas dos SAS.

ANEXO 3

Um olhar por parte dos estudantes com a apresentação “Quase 3 décadas depois: a perspetiva dos Estudantes sobre o RABEEES” (Anexo 3), apresentado pela Estudante **Ana Gabriela Cabilhas**, da Federação Académica do Porto;





01

AÇÃO SOCIAL: PILAR DA MOBILIDADE SOCIAL

Intensidade com que se debatem as questões de ação social



Regularidade com que se introduzem alterações ao quadro regulamentar do processo de atribuição de bolsas de estudo

Quase 3 décadas depois
+ 30 Alterações ao quadro legal ou regulamentar com impacto direto na atribuição de bolsas



02

ALTERAÇÕES AO RABEEES

2010: RABEEES sofreu uma profunda revisão

Acentuada redução nos apoios atribuídos, numa época em que as dificuldades aumentaram

No espaço de um ano, entre 2010/11 e 2011/12, foram **atribuídas menos 11.852 bolsas de estudo**
Redução do número de bolseiros e dos montantes executados no âmbito da ação social direta no ESUP

efeitos mais nefastos do que benéficos



AÇÃO SOCIAL NA CONJUNTURA ATUAL



CEFAP, julho 2021
n=2324



AÇÃO SOCIAL NA CONJUNTURA ATUAL



CEFAP, julho 2021
n=2324





AÇÃO SOCIAL NA CONJUNTURA ATUAL



CEFAP, julho 2021
n=2324



AÇÃO SOCIAL DIRETA: DESAFIOS

- 1** O Impacto da pandemia no rendimento das famílias e as projeções da inflação
{Determinação do rendimento do agregado familiar}
{Atribuição de complementos ao valor da bolsa base}
- 2** O diagnóstico do estado de saúde mental dos estudantes facultado pela pandemia
{Rigidez do aproveitamento escolar como critério de elegibilidade}
- 3** As metas nacionais para a frequência no ESUP de jovens e adultos
{Evolução do valor base da bolsa para 2º ciclos}



AÇÃO SOCIAL DIRETA: DESAFIOS

1

O Impacto da pandemia no rendimento das famílias e as projeções da inflação

{Determinação do rendimento do agregado familiar}
{Atribuição de complementos ao valor da bolsa base}



ALTERAÇÕES AO RABEEES

{Determinação do rendimento do agregado familiar}

Até 2010, o método de cálculo da capitação era generoso quando comparado com o que vigora atualmente e mais próximo à realidade da economia familiar pois refletia os **rendimentos efetivamente disponíveis pelo agregado familiar**

- Em 2021, pede-se a revisão das normas de determinação do rendimento ao AF, considerando-se os **rendimentos líquidos** em vez dos ilíquidos

- + número de beneficiários
- + equilíbrio no tratamento dos rendimentos dos trabalhadores dependentes e independentes
- + justiça na avaliação dos bolseiros e das suas reais necessidades





ALTERAÇÕES AO RABEEES

{Determinação do rendimento do agregado familiar}

Importa **contemplar regras que já existiram no passado:**

- Deduzir, até um dado limite, as **despesas de saúde de doenças crónicas ou prolongadas** por se tratarem de encargos dos quais dependem elementos do AF para a sua sobrevivência.
- Deduzir **despesas referentes ao arrendamento da habitação do AF ou inerentes ao pagamento do crédito da habitação permanente do AF.**
- Considerar **abatimentos** ao rendimento quando do AF fazem parte **2 ou mais estudantes do Esup.**

No **património mobiliário**, não faz sentido exigir os mesmos requisitos sem atender ao número de elementos que compõem o AF. **Se o rendimento total para efeitos de atribuição é *per capita*, faz sentido que esta limitação do património mobiliário o seja.**



ALTERAÇÕES AO RABEEES

{Atribuição de complementos ao valor da bolsa base}

- Criar um complemento anual para **aquisição de materiais específicos imprescindíveis à formação e sucesso académico em determinados ciclos de estudos** (por exemplo: materiais para realização de projetos nos cursos de arquitetura ou de belas artes, ou a aquisição de kits de instrumentos no curso de medicina dentária)
- Criar um complemento anual para **aquisição de meios digitais**
- **Reforçar os complementos de bolsa destinados a estudantes que pretendam realizar períodos de mobilidade internacional**, de modo a promover um acesso equitativo a esta dimensão da vida académica



AÇÃO SOCIAL DIRETA: DESAFIOS

2 O diagnóstico do estado de saúde mental dos estudantes facultado pela pandemia

{Rigidez do aproveitamento escolar como critério de elegibilidade}

Obviamente que é necessária a exigência de um mínimo de aproveitamento para garantia de bolsa de estudo.



ALTERAÇÕES AO RABEEES

{Rigidez do aproveitamento escolar como critério de elegibilidade}

Prever a existência de **um ano de carência** que possibilite ao estudante continuar a receber a bolsa de estudo mesmo que num determinado ano letivo não cumpra a exigência de 60% de aproveitamento escolar mínimo, desde que reúna condições de terminar o curso em n+1 ou n+2, como previsto na alínea f) do art. 5.

- Impacto da pandemia na saúde psicológica dos estudantes
- Problemas pessoais e familiares que afetam a estabilidade psicológica do estudante
- Casos de inadaptação de estudantes na frequência do 1º ano





ALTERAÇÕES AO RABEEES

{Rigidez do aproveitamento escolar como critério de elegibilidade}

Artigo 12.º

Casos especiais

1 — Não são consideradas para os efeitos previstos nos artigos 5.º e 7.º a 10.º as inscrições relativas a anos letivos em que o estudante não obtenha aproveitamento escolar por motivo de doença grave prolongada, devidamente comprovada, ou devido a outras situações especialmente graves ou socialmente protegidas, igualmente comprovadas.

2 — São consideradas situações especialmente graves ou socialmente protegidas aquelas que, pela sua natureza estritamente pessoal, sejam comprovadamente impeditivas da frequência das atividades letivas, nomeadamente:

- a) O exercício de direitos de maternidade e paternidade, nos termos da Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto, que define medidas de apoio social às mães e pais estudantes;
- b) A assistência imprescindível e inadiável, por parte do estudante, a familiares que integram o agregado familiar do assistente, sempre que nenhum outro elemento do agregado a possa prestar;
- c) A diminuição física ou sensorial conferente de incapacidade igual ou superior a 60 % que contribua para um acentuado baixo rendimento escolar.

A flexibilidade no aproveitamento mínimo exigível para acesso a bolsa de estudo deve **considerar nos casos especiais o estado negativo de saúde mental dos estudantes**, após parecer técnico de psicólogo ou médico que comprove a necessidade.



ALTERAÇÕES AO RABEEES

{Rigidez do aproveitamento escolar como critério de elegibilidade}

Artigo 9.º

Trabalhadores-estudantes

Para os trabalhadores-estudantes, os valores a que se refere a alínea f) do artigo 5.º são acrescidos de uma unidade.

Os **vários estatutos especiais presentes no ESUp** – estatuto de dirigente associativo, estatuto estudante atleta, estatuto estudante bombeiro ... - **devem receber iguais condições de tratamento na atribuição de bolsa de estudo**. Atualmente, apenas o Estatuto de Trabalhador Estudante apresenta regras diferentes.



AÇÃO SOCIAL DIRETA: DESAFIOS

3 As metas nacionais para a frequência no ESUP de jovens e adultos

{Evolução do valor base da bolsa para 2º Ciclos}



ALTERAÇÕES AO RABEEES

{Evolução do valor base da bolsa para 2º Ciclos de Estudo}

As necessidades de qualificar e atualizar conhecimentos, justificam um novo paradigma na disponibilização dos apoios sociais aos estudantes de 2.º ciclo:

Apoiar de forma mais equitativa os estudantes de pós-graduação e mestrado não integrado

Ensino superior: valor máximo das bolsas de mestrado triplica para 2.750 euros

Agência Lusa
3 mai, 14:56



FUTURO DA AÇÃO SOCIAL DIRETA

Por outro lado, estes longos meses deixam um rasto de fragilidades nas IES e em muitas das suas comunidades, cujos efeitos nefastos importa mitigar. Assim, as **necessidades de financiamento colocam-se, também, ao nível da ação social**, havendo alargado consenso quanto à **premência de um investimento substancial na ação social no seu todo**. Tomando por base aquilo que foi a experiência no decurso da crise social e económica anterior, crê-se que as dificuldades se agravarão no futuro, sendo, por isso, necessário intervir de forma ágil e sustentável. Vê-se, ainda, reforçada a premência de melhorias na oferta ao nível do alojamento, nomeadamente face ao regresso a um modelo maioritariamente presencial. Ainda no âmbito do bem-estar dos estudantes, emerge, também, a importância do reforço da cultura e do desporto, como parte da ação social no ensino superior.

CNE, outubro 2021
Efeitos da pandemia COVID-19 na educação: Desigualdades e medidas de equidade



FUTURO DA AÇÃO SOCIAL DIRETA

Soluções técnicas + Soluções políticas



Criação de um sistema de ação social melhor, com a regulamentação mais justa na distribuição das verbas disponíveis e mais inclusiva no número de estudantes abrangidos.

Despacho n.º 2906-C/2015 de 19 de março:
cria uma Comissão para a revisão do RABEEES com o objetivo de produzir um conjunto de recomendações e propostas de alteração



Recomendamos a manutenção deste método de trabalho!





ELEVADOR SOCIAL EM MANUTENÇÃO

EDUCAÇÃO

Só 10% dos filhos de famílias pobres e com poucas qualificações chegam ao ensino superior

O filho de um finlandês com o equivalente ao 9.º ano e pobre tem mais probabilidades de ter um diploma universitário do que um português rico, mas com o mesmo nível de estudos, aponta o Banco de Portugal, a partir de uma análise de estatísticas europeias.

Samuel Silva

9 de Maio de 2022, 21:16

Portugal necessita de um sistema de ação social mais robusto para que o elevador social funcione sem avarias!

Convém recordar aos condóminos portugueses que o prejuízo desta avaria condiciona todos os moradores desta nação!

Ana Gabriela Cabilhas
Presidente da Direção



www.fap.pt



Rua do Campo Alegre, 627
4150 - 179 Porto



226 076 370



anacabilhas@fap.pt

ANEXO 4

Uma perspetiva da tutela, da DGES, com a apresentação “Novas Soluções para a Ação Social – Desafios por parte da DGES” (Anexo 4), da autoria da Dr^a Priscila Couto e Dr^a Sara Pacheco, apresentada pela Dr^a Ana Sofia Ventura e Dr^a Cláudia Pinto.



O FUTURO DO ENSINO SUPERIOR NOVAS SOLUÇÕES PARA A AÇÃO SOCIAL - DESAFIOS

Priscila Couto
priscila.couto@dges.gov.pt
Sara Pacheco

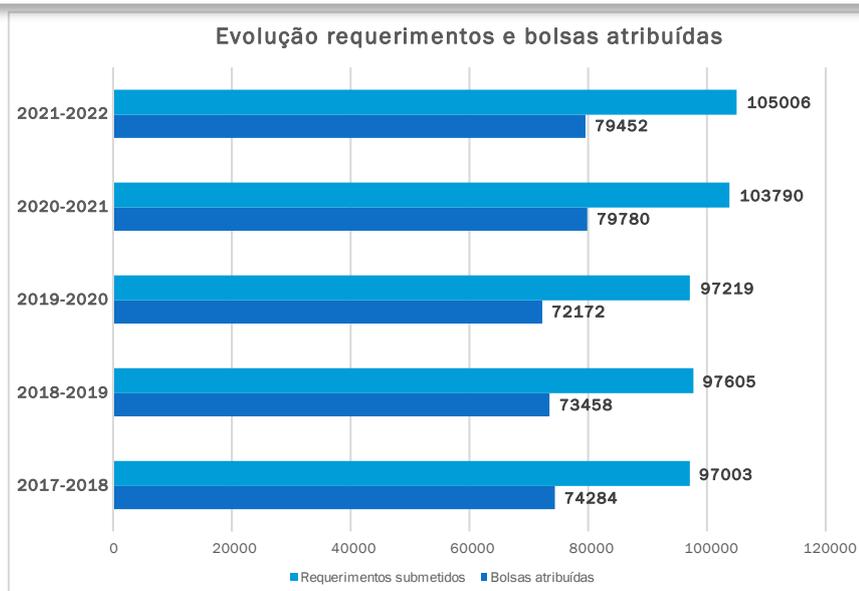
20 de maio de 2022

NOVAS SOLUÇÕES PARA A AÇÃO SOCIAL - DESAFIOS

- × Aumento de número de candidatos
- × Atribuições automáticas
- × Novo sistema de gestão de apoios/diversidade - SIMGES

APOIOS AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Ação Social

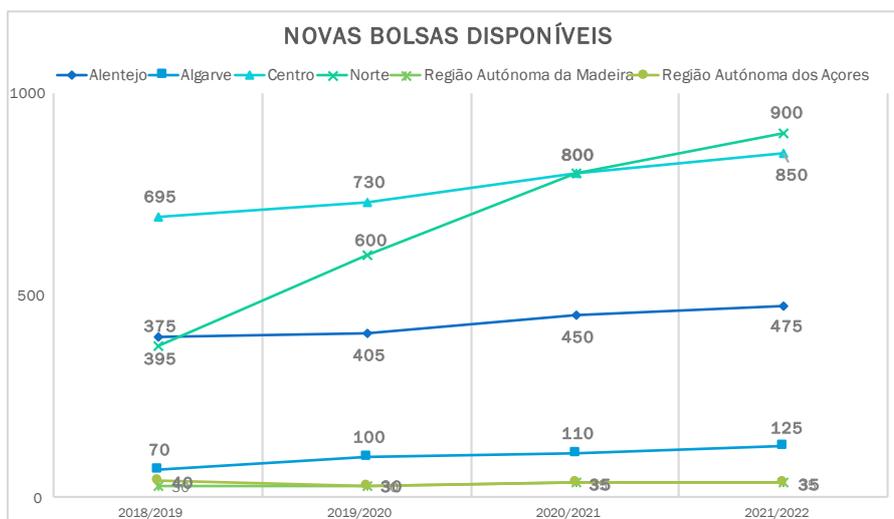


NOVAS SOLUÇÕES PARA A AÇÃO SOCIAL - DESAFIOS

- × Aumento do número de candidatos
 - + Reforço dos recursos financeiros a alocar ao pagamento de bolsas no Ensino Superior e Gestão dos mesmos;
 - + Gestão dos recursos humanos disponíveis (ex: maior articulação entre serviço social e académico das IES);
 - + Celeridade na análise e decisão sobre os requerimentos (ex: preenchimento da informação académica no início do ano letivo);
 - + Aumento da frequência dos pagamentos no início do ano letivo.

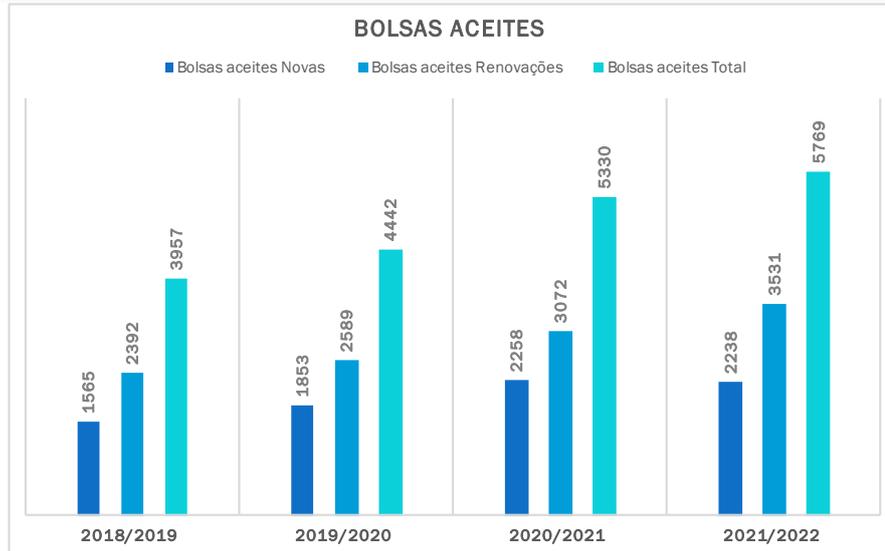
APOIOS AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

+Superior



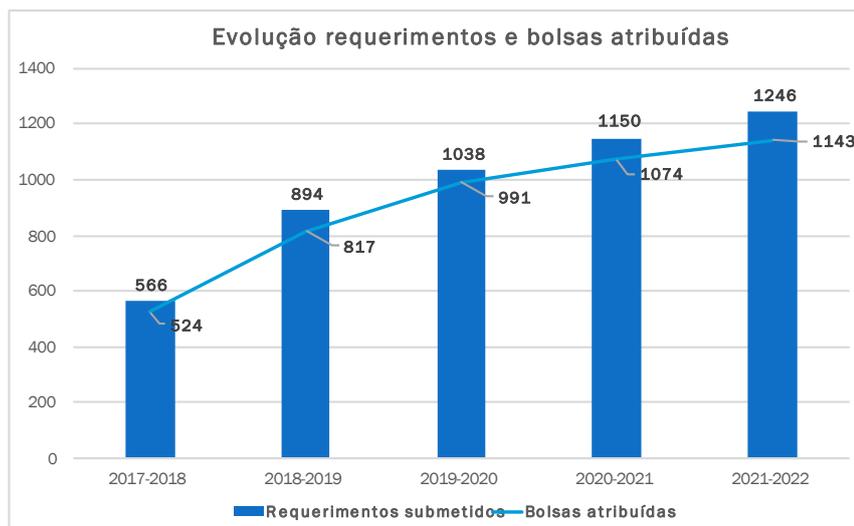
APOIOS AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

+Superior



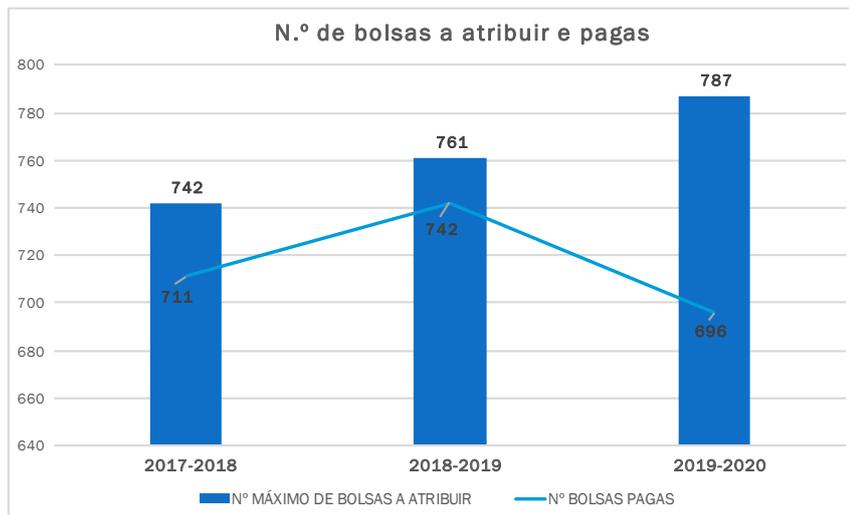
APOIOS AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Estudantes com incapacidade 60%



APOIOS AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Bolsas de estudo por mérito



NOVAS SOLUÇÕES PARA A AÇÃO SOCIAL - DESAFIOS

× Atribuições automáticas

- + Estudantes do 1.º ano, em função do escalão de abono no secundário (ESC1)
- + Bolseiros no ano anterior, sem alterações significativas (automáticos)
- + Mecanismos de verificação e controlo que devem existir e ser melhorados

NOVAS SOLUÇÕES PARA A AÇÃO SOCIAL - DESAFIOS

× Atribuições automáticas

Ano letivo 2020/2021

1.º ano 2154

Bolseiros ano anterior 11094

Ano letivo 2021/2022

1.º ano 1844

Bolseiros ano anterior 29327

(até dezembro 21)

NOVAS SOLUÇÕES PARA A AÇÃO SOCIAL - DESAFIOS

× Novo sistema de gestão de apoios/diversidade- SIMGES

Diversidade de apoios

Com base na carência
económica

Outras bases

Bolsas de
estudo de ação
social

Bolsas de
mobilidade
+Superior

Bolsas por
mérito

Bolsas para
estudantes com
incapacidade

NOVAS SOLUÇÕES PARA A AÇÃO SOCIAL - DESAFIOS

- × Novo sistema de gestão de apoios/diversidade



NOVAS SOLUÇÕES PARA A AÇÃO SOCIAL - DESAFIOS

- × Novo sistema de gestão de apoios/diversidade

CENTRALIZAÇÃO DE APOIOS:

- + Estudantes têm uma só área (reservada) para se candidatar/consultar todos os apoios pretendidos;
- + IES acedem a todos os apoios dos seus estudantes.

NOVAS SOLUÇÕES PARA A AÇÃO SOCIAL - DESAFIOS

- × Novo sistema de gestão de apoios/diversidade

INTERFACE INFORMAÇÃO ACADÉMICA EM TODOS OS APOIOS:

- + A informação académica de todos os apoios é carregada no sistema pelas IES (anteriormente incapacidades apresentavam outro procedimento);
- + Informação académica carregada por Webservice (implica investimento inicial mas torna o processo mais célere)

NOVAS SOLUÇÕES PARA A AÇÃO SOCIAL - DESAFIOS

- × Novo sistema de gestão de apoios/diversidade

INTEROPERABILIDADES EM TODOS OS APOIOS:

- + As interoperabilidades deixam de ser exclusivas da ação social (ex: dívidas à segurança social e autoridade tributária são integradas nas bolsas de incapacidade e mérito);
- + Simplificação do procedimento.

NOVAS SOLUÇÕES PARA A AÇÃO SOCIAL - DESAFIOS

- × Novo sistema de gestão de apoios/diversidade

MECANISMOS DE CONTROLO COFINACIAMENTO:

- + Deixa de ser necessário solicitar às IES pedido de informação académica no pós bolsa (sobre a conclusão do curso e transição para vida ativa).

I.e, são eliminados pedidos paralelos no final o que simplifica o processo (A IES pode preencher a informação após a conclusão do curso e DGES apenas terá que a consultar quando pretender)

NOVAS SOLUÇÕES PARA A AÇÃO SOCIAL - DESAFIOS

- × Novo sistema de gestão de apoios/diversidade

FONTES DE DADOS DE TODOS OS APOIOS:

- + Reduz os pedidos de informação (IES e estudantes);
- + Permite pesquisas múltiplas e construir mapas à medida das necessidades de cada IES/utilizador



NOVAS SOLUÇÕES PARA A AÇÃO SOCIAL - DESAFIOS

Obrigada pela vossa atenção

Cláudia Pinto
Sofia ventura

ANEXOS - POSTERS

Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Coimbra

Os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Coimbra (SASIPC) estão vocacionados para assegurar as funções da ação social escolar aos estudantes das unidades orgânicas do IPC, gozam de autonomia administrativa e financeira, nos termos e âmbito definidos por lei e nos seus estatutos publicados em Diário da República, 2ª série o Despacho n.º 6082/2020 de 4 de junho de 2020.

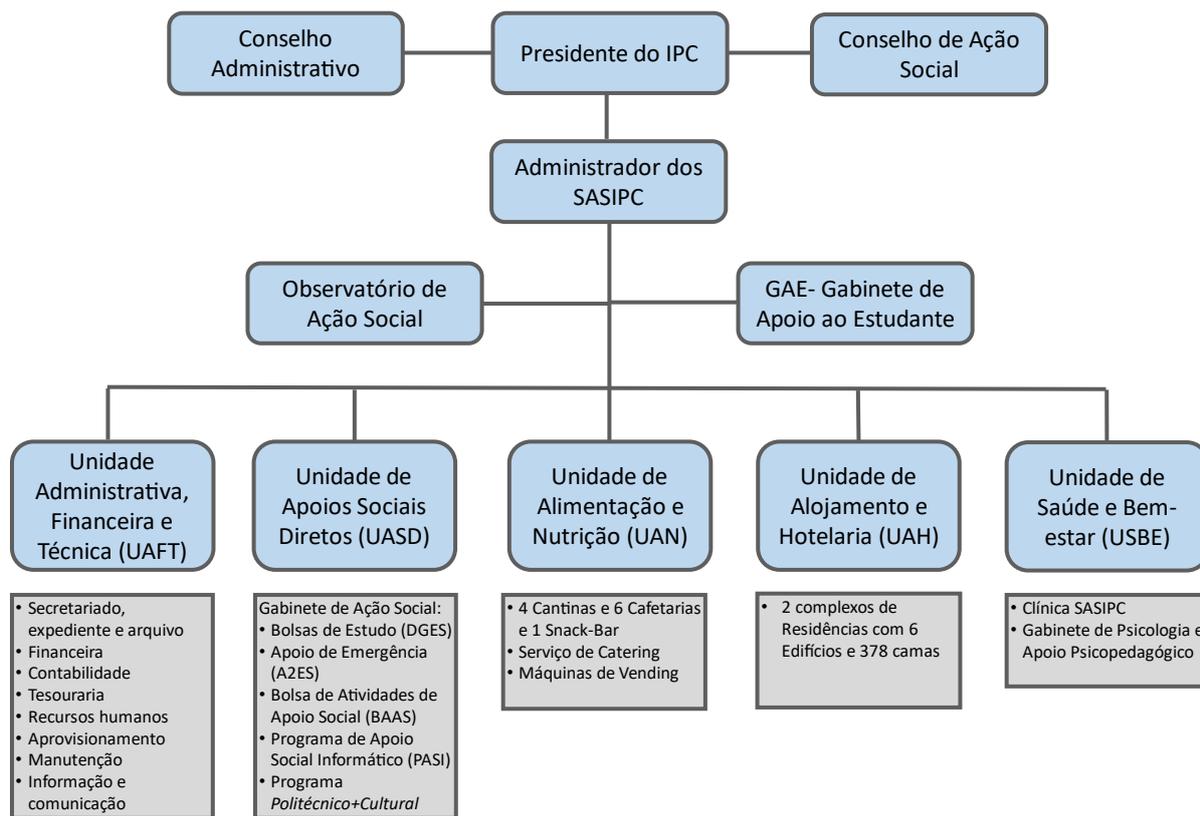
Missão

A execução de políticas de ação social escolar, prestando apoios diretos e indiretos, e serviços, por forma a garantir o acesso, a frequência académica bem-sucedida e a integração, em igualdade de oportunidades, a todos os estudantes do IPC.

Atribuições

- Atribuição de bolsas de estudo
- Atribuição de auxílio de emergência
- Acesso à alimentação em cantinas e cafetarias
- Acesso ao alojamento
- Acesso a serviços de saúde e bem-estar
- Apoio às atividades desportivas e culturais
- Funcionamento de serviços de informação, de reprografia, de apoio bibliográfico e de material escolar
- Dinamização de outras ações no âmbito da responsabilidade social
- Atribuição de outros apoios

Estrutura Orgânica e Funcional dos SASIPC



Apoio de Emergência ao Estudante do IPC(A2ES)

Criado em 2016 (6 anos)

O Apoio de Emergência ao Estudante (A2ES) do Instituto Politécnico de Coimbra - IPC pretende complementar os diversos formatos de apoio social direto e indireto, atribuindo apoios pecuniários a estudantes matriculados e inscritos no IPC, colmatando situações pontuais decorrentes de dificuldades económicas inesperadas com impacto negativo no seu desempenho académico.

Objetivos

- Apoiar os estudantes que apresentam carências económicas e que estão empenhados em concluir o seu curso
- Contribuir para a consolidação do percurso escolar e estímulo do reforço à qualificação académica dos estudantes
- Combater o abandono escolar
- Promover o sucesso escolar

Comissão de Acompanhamento do A2ES (gestão)

Reúne mensalmente 6 membros:

- Presidente do IPC ou representante
- Administrador dos SASIPC
- Provedor do estudante do IPC
- 2 Assistentes Sociais
- 1 estudante indicado pelas Ass. de Estudantes

Formas de Apoios

- pagamento das prestações da propina
- pagamento das mensalidades de alojamento
- concessão de refeições
- apoio de transporte público
- comparticipação de despesas inadiáveis de saúde
- outros apoios que a Comissão entenda conceder em situação de emergência

Crítérios gerais de Apreciação

- A situação económico-social
- O aproveitamento e o sucesso escolar
- A natureza do apoio solicitado
- ...entre outros

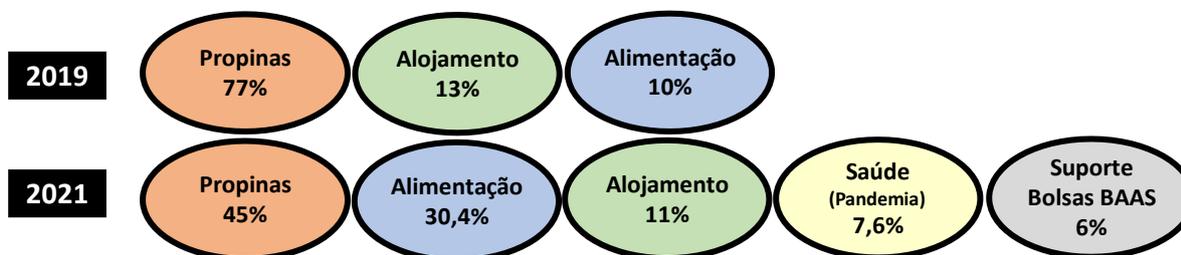
Financiamento do A2ES

- orçamento de receitas próprias do IPC, uma % do valor das propinas
- donativos e receitas provenientes de atividades realizadas em nome do A2ES

Quadro evolutivo dos apoios concedidos pelo A2ES ao longo de 6 anos

A2E	TOTAIS 2015 a 2021
Nº Total de Pedidos	1.171 (média 195/ano)
Nº Apoios Concedidos	874 (75% dos pedidos) (média 146/ano)
Total	621 019,33 € (média 103.503€ /ano)

Distribuição do valor dos apoios concedidos em 2019 (pré Pandemia) e 2021 (Pandemia)



Bolsa de Atividade de Apoio Social (BAAS)

A Bolsa de Atividades de Apoio Social (BAAS) consiste num Programa de apoio social do Politécnico de Coimbra (IPC), dirigido aos seus estudantes, possibilitando-lhes a realização de atividades a tempo parcial em Unidades Orgânicas (UO) e Serviços do IPC, obtendo uma bolsa social individual, complementar, aos diversos formatos de apoio sociais diretos e indiretos.

As atividades desenvolvidas pelos estudantes não podem, em caso algum, configurar a satisfação de necessidades permanentes de pessoal do IPC, ou configurar uma relação jurídica de emprego entre o estudante e o IPC.

Objetivos

- possibilitar aos estudantes a aquisição e desenvolvimento de competências transversais
- contribuir para a diminuição do abandono escolar
- promover a integração social e académica dos estudantes
- facilitar um 1º contacto com a atividades profissionais
- reforçar a ligação entre os estudantes e o IPC

Comissão de Análise e Gestão (CAGE)

- Administrador dos SASIPC
- 2 Assistentes Sociais
- 1 Técnico dos Serviços Financeiros

Formas de Apoios

- bolsa pecuniária e/ou em espécie
- senhas de refeição válidas para as unidades de alimentação dos SASIPC
- pagamento no alojamento nas residências dos SASIPC
- contribuição no pagamento de propinas

Valor da Bolsa

- a bolsa a atribuir até 10 x IAS por ano letivo, até 25 horas semanais de atividade
- a bolsa é calculada em função do nº horas, sendo o valor/hora equivalente a 1 % do IAS em vigor no início do respetivo ano letivo

Crítérios gerais de Apreciação

- situação económico-social
- perfil do candidato para a atividade a desempenhar
- disponibilidade do(a) candidato(a) para a atividade a desempenhar

Financiamento do A2ES

Pagamento pelas das UO e/ou serviços

Atividades de Apoio Social

...atividades de maior ou menor complexidade, que se entenda que podem ser desenvolvidas por estudantes, designadamente:

- vigiar salas de estudo e outros espaços de utilização coletiva
- colaborar em projetos de investigação
- colaborar na elaboração de guiões de trabalhos laboratoriais, de campo e similares, no âmbito de disciplinas
- colaborar nas cantinas e cafetarias dos SASIPC
- colaborar como estudante-tutor, no apoio à integração do estudante portador de deficiência
- colaborar no acompanhamento de projetos e outras atividades curriculares de estudantes
- colaborar pontualmente nas estruturas laboratoriais, técnicas, administrativas e de suporte das UO e serviços do IPC
- outras a definir pela CAGE

Atividades BAAS IPC (2015 A 2021)

	2015 - 2016	2016 - 2017	2017 - 2018	2018 - 2019	2019 - 2020	2020	2021
Nº estudantes	390	493	312	208	163	201	169
Horas de atividade	10.713	31.013	48.638	47.565	18.986	16.155	18.733
Valor Total Bolsas	40.173€	124.023€	193.307€	189.074€	82.743€	70.588€	81.916€



Programa de Apoio Social Informático (PASI)

Criado em 2019 (3 anos)

O Programa de Apoio Social Informático (PASI) é um programa de apoio aos estudantes, focalizado no acesso rápido a equipamentos informáticos que não tenham condições financeiras para o adquirir e fundamentais para o seu percurso académico, sustentado no princípio do empréstimo de equipamento e materiais informáticos, de curta duração, incentivando a sua reutilização e sustentabilidade.

Segundo o estudo *Retratos** (2021), 3% dos estudantes do IPC afirmam não dispor de computador pessoal, o que leva a um investimento gradual numa *bolsa de computadores* nos próximos 3 anos para o PASI.

Objetivos

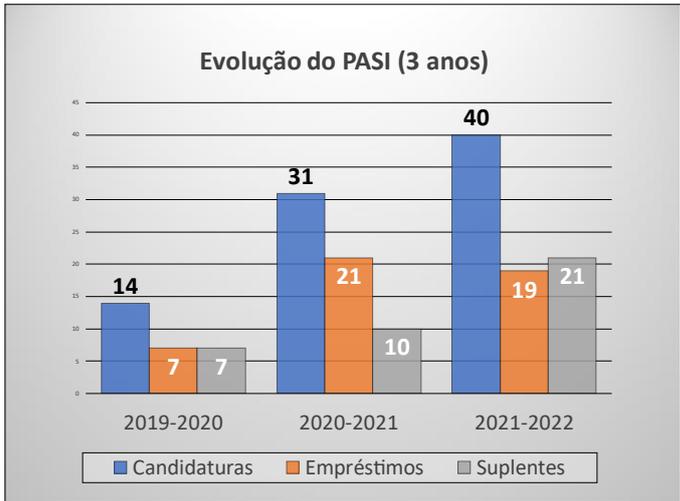
- Apoiar os estudantes com empréstimo de equipamento e material informático
- Combater o abandono escolar
- Incentivar o sucesso escolar
- Estimular a qualificação

Comissão de Gestão:

- Administrador dos SASIPC
- 1 Assistente Social
- 1 Representante dos Serviços Informáticos
- 1 Representante dos estudantes

Procedimentos:

- Candidatura do estudante
- Informação social do estudante
- Análise pela Comissão
- Resposta ao estudante
- Atribuição do equipamento
- Contratualização - assinatura
- Verificações mensais – prova de condições do equipamento



Autoria: João Lobato, Sandra Travasso (SASIPC, maio 2022) / joao.lobato@ipc.pt / sandra.travasso@ipc.pt

Refªs: Regulamento n.º 149/2020, DR nº 37 de 21 de fevereiro
* Retratos- 2020/2021 Caracterização do perfil dos estudantes do 1º ano do IPC nas áreas de intervenção da Ação Social, Observatório SASIPC/observAS

Observatório de Ação Social do Instituto Politécnico de Coimbra *ObservAS-IPC*

Criado em 2021 (1 ano)

O Observatório de Ação Social do Instituto Politécnico de Coimbra – **ObservAS-IPC**, é uma estrutura de natureza consultiva, sem autonomia administrativa e financeira, **vocacionada para o apoio técnico-científico aos Serviços de Ação Social – SASIPC**.

O *ObservAS-IPC* tem por **missão** acolher e estimular a realização de estudos no âmbito das políticas de ação social do IPC, com vista à incorporação dos resultados na definição das suas linhas de atuação, numa orientação para a melhoria contínua das respostas que oferece visando o bem-estar da sua comunidade académica.



Objetivos do ObservAS:

- **IDENTIFICAR** estudos relevantes nas áreas de atuação dos Serviços de Ação Social
- **FACILITAR** a realização dos estudos - no acesso a população alvo, no acesso a informação interna que possa ser fornecida e que enquadre o objeto de estudo e ainda na identificação de parceiros, para a constituição de equipas multidisciplinares
- **DIVULGAR** os estudos realizados (resultados obtidos), realizar um evento anual
- **ENCAMINHAR** os estudos realizados para os Serviços e departamentos competentes do SASIPC, com vista à promoção da integração destes resultados nas políticas da IES

Comissão Coordenadora (5 membros)

- Um(a) coordenador(a) docente ou investigador(a) do IPC
- 2 a 3 técnicos(as) superiores dos SASIPC
- Até 2 membros externos aos SASIPC (da comunidade interna ou externa ao IPC)

Áreas de interesse

- Apoios sociais diretos e bolsas
- Alimentação e nutrição
- Alojamento e hotelaria
- Saúde e bem-estar
- Apoio a atividades culturais e desportivas

Estudo realizado e publicado: *Retrato(s) – 2020/2021*, Caracterização do perfil dos novos estudantes do 1º ano do IPC nas áreas de intervenção da Ação Social

Programa de Apoio Social Politécnico + Cultural

Criado em 2021 (1 ano)

O Programa *Politécnico + Cultural* constitui uma medida de apoio social destinada a promover o acesso dos estudantes do IPC a atividades e programas culturais de distinta natureza

Principais Objetivos

- Proporcionar o acesso às atividades culturais e artísticas
- Contribuir para a valorização da vertente educativa da cultura
- Combater as assimetrias no acesso e usufruto das atividades culturais e artísticas
- Promover a integração social, a cidadania e a participação sociocultural dos estudantes
- Estabelecer parcerias com instituições promotoras de cultura

Comissão de Gestão

- Administrador dos SASIPC
- Diretor do Centro Cultural do Penedo da Saúde
- 2 colaboradores dos SASIPC
- 1 estudante indicado pelas Associações de Estudantes do IPC

Financiamento

- Orçamento de receitas próprias dos SASIPC
- Donativos
- Receitas provenientes de atividades realizadas em nome do Programa

Atividades desenvolvidas

“Politécnico + Cultural” promove o acesso à Cultura e a integração social dos estudantes

Programa de apoio social inclui a atribuição de ingressos em atividades de natureza cultural

Os Serviços de Ação Social do Politécnico de Coimbra (SASIPC) criaram recentemente um novo programa de apoio social centrado no acesso à cultura e integração dos estudantes do IPC, designado Politécnico+Cultural.

Esta medida de apoio social destina-se a promover o acesso dos estudantes do IPC a atividades e programas culturais de distinta natureza enquanto dimensão complementar à sua formação académica para uma melhor integração social. Pretende-se ainda contribuir para a valorização da vertente educativa da cultura e

sensibilizar para o papel desta na formação integral dos estudantes, bem como combater as assimetrias no acesso usufruto das atividades culturais e artísticas promovendo uma maior equidade, entre outros objetivos.

O Programa Politécnico+Cultural abrange várias áreas de interesse cultural, nomeadamente património edificado (ex: estações arqueológicas, monumentos, museus), artístico (ex: dança, música, pintura, teatro), natural (ex: parques temáticos e reservas naturais) e atividades temáticas (ex: comemorações e efemérides).

O apoio será concedido aos estudantes através da atribuição de um ingresso de participação numa atividade ou programa de natureza cultural, de acordo com o estipulado por editais próprios para o efeito, que serão publicados regularmente ao longo de cada ano letivo.

Este Programa Politécnico+Cultural é gerido por uma Comissão constituída pelo administrador dos SASIPC, que coordena, a diretora do Centro Cultural do Penedo da Saúde ou substituto indicado pela própria, dois colaboradores dos SASIPC de distintas Unidades, e um

estudante indicado pelas Associações de Estudantes do IPC, para um mandato anual. Poderá ainda participar pontualmente nas reuniões da Comissão de Gestão membros convidados da comunidade do IPC ou de entidades externas.

O programa prevê o envolvimento de entidades parceiras para o seu suporte financeiro e ainda a participação de docentes e profissionais não docentes do IPC, como preponentes e animadores de ações culturais.

Segundo o administrador dos SASIPC, João Inês, “o lançamento deste Programa esteve até agora comprometido pelas contingências relativas à pandemia que vivemos no início deste ano de 2021, em que as atividades culturais estiveram suspensas”. Com o reanclar das atividades culturais no nosso país, “esperamos estarem reunidas as condições mínimas para estar brevemente em curso o projeto de apoio social aos estudantes do Politécnico de Coimbra”, afirma.

Os interessados podem aceder ao regulamento do programa Politécnico+Cultural na página eletrónica dos SASIPC: <https://www.ipc.pt/ipc/wp-content/uploads/2021/04/Regulamento-Politecnico-Cultural.pdf>.

Divulgação do Programa Politécnico + Cultural na edição de maio de 2021 do Jornal do Politécnico de Coimbra



Áreas de atividade cultural

Património edificado
(ex: estações arqueológicas, monumentos, museus)

Património artístico
(ex: dança, música, pintura, teatro)

Património natural
(ex: parques temáticos e reservas naturais)

Atividades temáticas
(ex: comemorações e efemérides)



Ficha Técnica

Título

ENCONTRO NACIONAL DE TÉCNICOS DE AÇÃO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR | 2022

Emissor

João Lobato
Marta Correia
Patrícia de Almeida

Versão 1

Editado em 18 de julho de 2022
©2022, Politécnico de Coimbra

Reeditado em março de 2023

www.ipc.pt

<https://sigq.ipc.pt>

qualidade@ipc.pt